

DEBATE

DEMOCRACIA E REFORMA POLÍTICA



FEDERAL
GENOINO



Reforma política em discussão



acompanhe a seguir os principais pontos do debate promovido pelo grupo Liga de Socialistas – Século XXI, com a presença do deputado federal José Genoino, realizado em novembro de 2007, na sede do Sinpro – Sindicato dos Professores”.

Genoino

- Em primeiro lugar eu quero agradecer esta oportunidade de conversarmos sobre um tema que considero fundamental e merece um aprofundamento maior, seja nos debates do Congresso Nacional, seja nos debates internos dos partidos e, em particular, no PT.

Para mim, a reforma política é um tema muito importante. Trabalhei com ele ao longo da minha experiência parlamentar, estou trabalhando com ele agora e colocarei aqui as minhas opiniões e algumas propostas que venho apresentando nos debates sobre o tema.

A preliminar que vocês apresentam é muito importante: a reforma política deve compor uma estratégia de consolidação e avanços da democracia. Isso é, devemos entender a democracia como um eixo fundamental na construção do nosso projeto de poder. Relaciono algumas questões estratégicas determinantes para esse projeto: a inserção soberana do Brasil no mundo, a diminuição da pobreza, a diminuição da desigualdade, o desenvolvimento com sustentabilidade, o Pacto Federativo e a redefinição do papel do Estado.

Na minha avaliação, o meu partido e o nosso governo poderiam ter dado importância estratégica maior à questão da reforma política já após a eleição de 2002. Provavelmente, uma das causas daqueles problemas que enfrentamos em 2005 foi exatamente não termos compreendido que, para mudar o País, tínhamos de mudar a política.

Isso tem nos custado muito caro e todos estão vendo agora as dificuldades que estamos enfrentando no Congresso para construirmos maioria.

Para o pensamento de esquerda e socialista, a questão democrática é fundamental enquanto projeto de mudança da sociedade, enquanto projeto de transformação da sociedade. Ela é a base de um fundamento, o elemento central de um programa democrático e popular, cujo objetivo consiste em resgatar e redefinir os valores e as tarefas socialistas do século XXI. Se nós não colocarmos a questão democrática como base, como eixo, ficamos estrategicamente capengas.

É claro que nós, que viemos de um enfrentamento com a ditadura e vivemos a transição, que somos herdeiros e protagonistas da luta e das conquistas democráticas em nosso país, temos de comemorar esses 23 anos de democracia política no Brasil. Isso não é pouco. Isso é muito importante até para enfrentar essa visão de menosprezo à democracia, de que os problemas vividos pelo País se devem a essa democracia. Pelo contrário, temos de resolver os problemas radicalizando a democracia.

Para o pensamento de esquerda e socialista, a questão democrática é fundamental enquanto projeto de mudança da sociedade, enquanto projeto de transformação da sociedade

No meu entender, a Constituição Brasileira de 1988 foi um verdadeiro obstáculo à implantação do modelo neoliberal no Brasil. Por isso, vejo com algum temor propostas de uma nova Assembléia Constituinte, reforma constitucional, etc. Têm algumas questões na Constituição que, se descuidarmos, a direita passa a motosserra: são os direitos sociais, o sistema previdenciário universal, o SUS, além dos direitos individuais e coletivos e a defesa do regime democrático como fundamento constitucional. Isso tudo faz parte de uma visão de universalização dos direitos.

Por que a reforma sindical está atrasada? Porque o empresário quer fazer a reforma sindical junto com a reforma trabalhista. Os sindicatos não querem mexer na reforma trabalhista agora porque a conjuntura é desfavorável. Os empresários não aceitam mexer na reforma sindical sem fazer a reforma trabalhista porque querem eliminar os direitos. Ai está a importância dessa discussão. Na verdade, este debate é sobre a equiparação dos direitos sociais aos direitos individuais enquanto definição de cláusulas pétreas. E isso é uma visão ampliada dos direitos fundamentais. E os direitos sociais são fundamentais. Não só os direitos individuais do artigo 5º, mas também os do artigo 7º da Constituição. Isso é uma preliminar importante para o debate que vamos fazer aqui sobre algumas propostas de reforma política que vou apresentar.

Então, vejamos. Temos consenso de que avançamos no terreno da política e da democracia. Também acho que é consensual que se está resolvendo o problema da tutela do poder civil sobre o poder militar. Quem passou pela experiência da ditadura e da transição sabe como isso é vital. O processo de democratização no Brasil, diferentemente de outros países e até de outras tentativas de implantação do modelo neoliberal, teve um componente - uma herança do modelo da nossa transição - que foi justamente a existência de um forte movimento popular e de massa. Hoje, no Brasil, os atores sociais têm um papel muito importante: os sindicatos, os movimentos populares, o movimento camponês, algumas entidades não-governamentais. Construímos aqui uma forte base social que entende que



“ A base para se construir uma governabilidade transformadora emperra devido a esse nosso sistema eleitoral. Esse é o primeiro problema: não se privilegia programas e projetos estratégicos nas eleições parlamentares. Nosso sistema desestimula o debate de programas e projetos estratégicos nas eleições parlamentares. ”

a democracia não se resume a eleições periódicas. No Brasil, existe uma base social organizada que é fundamental para esse processo de reformas que vamos debater aqui.

O Brasil, comparado com alguns países que viveram mudanças naquele período do fim da União Soviética, da queda do muro, de uma ofensiva neoliberal violenta, talvez tenha sido o país que mais resistiu a essa onda. Aqui houve uma resistência de massa que conseguiu, de certa maneira, estancar a ofensiva da agenda neoliberal. Não é por outros motivos que hoje temos instrumentos poderosos para a realização de políticas públicas. Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Petrobras, BNDES, Banco da Amazônia, Banco do Nordeste, etc. são instrumentos estratégicos para viabilizar, por exemplo, o PAC. Hoje o Brasil comemora o fato de a Petrobras descobrir poços de petróleo. Mas isso não foi sorte ou casualidade. Foi porque houve todo um investimento em pesquisas e no corpo técnico da Petrobras, para que chegássemos a esse ponto.

Nesse sentido é que digo que a agenda neoliberal, aqui, foi brecada. Imaginem se hoje o Brasil tivesse uma empresa pública como a Embratel. E eu não estou falando nem das Teles nem da telefonia celular; muito menos em reestatizar a Embratel. É apenas um exercício comparativo. Visitei a Embraer e a Vale. É evidente que essas empresas estão num nível de disputa fantástico no mundo. Hoje, elas poderiam ser também instrumentos para o poder público viabilizar um modelo de desenvolvimento.

De qualquer forma, se trancou a agenda neoliberal e isso foi um avanço do processo democrático que tem a ver com o movimento de massa e com a resistência.

Agora vivemos a experiência histórica e singular de ter um governo com um perfil de esquerda, com compromissos fortemente enraizados nas massas populares. O PT e os partidos de esquerda, de maneira legítima e democrática, fizeram uma opção: “Nós vamos mudar a ordem por dentro da ordem”.

Esta opção, de mudar a ordem por dentro da ordem, nos impôs caminhar no fio da navalha. Foi uma revisão profunda da nossa estratégia revolucionária dos anos 70, que era justamente quebrar a ordem para mudar a sociedade. Fomos derrotados, a ditadura acabou e começamos a disputar o poder por dentro, via sistema eleitoral, sem uma reforma democrática do sistema eleitoral, sem construção de maiorias. Os desafios que enfrentamos no Congresso Nacional em 2003

eram gigantescos! Aquela imagem do país como um transatlântico, em que um cavalo de pau poderia afundá-lo, era extremamente fiel. A situação era dramática. Lembrem? A situação econômica e mundial era desfavorável. “Vamos governar a crise para a crise não nos governar”. Era esse o nosso lema. Foi muito difícil.

Agora, cinco anos depois, podemos dizer que essa experiência vem sendo construída com sucesso e que, para o processo de consolidação da democracia no nosso País, é provável que seja uma experiência histórica fantástica e definidora do nosso futuro. Esse período do governo Lula, com o perfil que esse governo tem, com seus compromissos, com suas limitações, enfrentando essa correlação de forças, marcará muito o futuro do Brasil. Esse processo é que eu chamo de mudar o Brasil através da radicalização da democracia.

Então, para começar de fato o tema do debate, quais os problemas que enfrentamos no nosso sistema político e eleitoral? E aí eu já vou entrando na questão da reforma política e eleitoral. Não só da reforma eleitoral, mas da reforma política e eleitoral.

A primeira questão é o presidencialismo brasileiro. A nossa tradição é presidencialista. Eu lutei pelo parlamentarismo, batalhei no PT e fora do PT. Mas o presidencialismo é a forma de governo, o sistema de governo que, pela nossa cultura, pela nossa história, pela nossa formação política, acabou se impondo como, vamos dizer assim, o mais adequado para a grande maioria do nosso País. E hoje, analisando as várias iniciativas do governo e a atuação do Congresso

Nacional, dá para concluir que muitas medidas do governo são mais progressistas do que aquelas defendidas pela maioria do Congresso Nacional. Por exemplo, a emenda 03: recentemente perdemos uma medida provisória do governo sobre o trabalho aos domingos, a 388. A emenda constitucional sobre o trabalho escravo está parada, bem como a que propõe que as terras ocupadas não sejam objeto de reforma agrária. Hoje, se elas forem a voto, há um risco grande de derrota.

Quando se trata de temas sociais e de direitos, o governo é mais progressista do que a maioria no Congresso Nacional e, muitas vezes, Lula é mais progressista do que seu governo. Na maioria das vezes é o conteúdo da proposta, e não o método, que tranca a pauta do Congresso. Entretanto, sabemos que o uso permanente de medidas provisórias é um problema para a relação democrática entre o Congresso Nacional e o Executivo. Vejam o que houve neste debate - que eu achava que era um debate simples -, que é a entrada da Venezuela no Mercosul. Todos os empresários que têm investimentos na Venezuela defendem a idéia. Eles dizem: “Não tem problema. Temos contratos. Estamos lucrando. Os investimentos aumentaram. Vale à pena”. Mas por uma questão ideológica, na Câmara a gente aprova e no Senado vamos ter problemas.

E vejam outra contradição do presidencialismo brasileiro! Elegemos um presidente num debate estratégico como foi o segundo turno da reeleição do Lula e como foi a própria eleição em 2002. Há uma sinalização clara de adesão da população ao presidente, ao programa, etc. No entanto, as demais campanhas são subordinadas e secundarizadas. Tivemos isso em 2002 e 2006. Por isso, a base para se construir uma governabilidade transformadora





“Existem apenas duas maneiras de se financiar uma campanha: ou pela via pública ou pela via privada. Ou você tem um caixa público ou você tem os caixas privados.”

emperra devido a esse nosso sistema eleitoral. Esse é o primeiro problema: não se privilegia programas e projetos estratégicos nas eleições parlamentares. Nosso sistema desestimula o debate de programas e projetos estratégicos nas eleições parlamentares.

O segundo problema grave é o financiamento da política, a relação entre dinheiro e campanha. A *Caros Amigos* fez uma matéria grande sobre o caixa dois (n. 127/Outubro 2007). É uma matéria histórica, com dados e fatos desde o período da transição. A reportagem analisa a eleição de Tancredo, a eleição e reeleição de Fernando Henrique Cardoso, discute o *impeachment* - teve financiamento na disputa do *impeachment* -, a campanha das Diretas.

A matéria revela o quanto foi indiscriminado o uso do caixa dois nas campanhas eleitorais até chegar a 2004. Mostra como essa questão, do financiamento público ou privado, a relação de dinheiro com a política, é um grande problema e que não está resolvido. E não é só a evidência do caixa dois que nos alerta para esse

problema. Até o financiamento miúdo e as formas legais de financiamento da política precisam ser discutidas. Vejam só: vamos supor que eu seja o candidato e uma empresa faça uma contribuição. Se essa empresa for investigada por qualquer razão, meu nome vai aparecer. Se eu recebi dinheiro dessa empresa - mesmo que legalmente, com bônus, recibo,

tudo certinho -, para os jornais, para a imprensa, e a partir daí, para a opinião pública, o meu nome vai aparecer como envolvido em irregularidades.

Leonel

- Depende do partido...quando é o PT, aparece.

Genoio

É, mas isso vale de maneira geral. O processo que enfrentamos em 2005 serviu para dar transparência ao debate sobre o caixa dois, mas não para comprovar sua existência, sejamos claro. O sistema de financiamento da política no Brasil que está sendo discutido era mais ou menos legitimado, era considerado normal até 2004, não só pelos candidatos, mas também pelos empresários, pelo movimento social. A história que a *Caros Amigos* retrata é muito interessante porque revela isso: que o caixa dois era normal e aceitável nas principais campanhas eleitorais ao longo da história do Brasil.

Então, resumindo, primeiro problema: o tipo de presidencialismo que temos, com o sistema eleitoral que temos. Segundo: a questão do financiamento das campanhas. Qualquer partido que imaginar criminalizar o outro

por causa dessa questão vai ser criminalizado também. Não tem solução! Primeiro porque a competição eleitoral é selvagem, no Brasil e em qualquer lugar do mundo. Existem apenas duas maneiras de se financiar uma campanha: ou pela via pública ou pela via privada. Ou você tem um caixa público ou você tem os caixas privados. Os caixas privados financiam com exigência

de contrapartida, pessoa que pode influir, viés ideológico etc. Esse é o problema que não está resolvido em nosso sistema político.

Isso tudo cria aquilo que considero uma das consequências mais danosas desse nosso sistema: a criminalização e a judicialização da política. É esse um dos caminhos preferidos pela direita para deslegitimar a democracia de massa, a democracia partidária e a democracia eleitoral. Nessa lógica tudo é crime na política, na política representativa, na política partidária. Enfim, a política torna-se uma espécie de mal necessário e a democracia uma mera formalidade. Agravando ainda mais o quadro, há um movimento político no Brasil, composto por algumas instituições do Estado, aliadas a vastos setores da mídia, cujo objetivo também é o de criminalizar e judicializar a política. Às vezes em razão de interesses diferentes dos da direita, mas só às vezes. E há várias maneiras de eles fazerem isso: desde a maneira como se dá a manchete, o destaque que se dá a um partido e não a outro. Até o papel de alguns membros do Ministério Público pode interferir nesse processo e prejudicar a democracia. Quando for apresentar as propostas, voltarei a esse ponto. Hoje o Ministério Público é uma instituição que investiga e denuncia. Para que possamos preservar nosso estado de direito, quem investiga não pode denunciar e quem denuncia não deve ser o mesmo que investiga.

Tem um ditado que se aplica muito bem à democracia: “A madeira que bate no Chico é a mesma que bate no Francisco”. Eu falo por experiência própria. O PT tentou resolver algumas pendências da disputa política quando estava na oposição estimulando ações no Ministério Público e no Judiciário. Eu muitas vezes critiquei algumas

O processo que enfrentamos em 2005 serviu para dar transparência ao debate sobre o caixa dois, mas não para comprovar sua existência, sejamos claro



“ Não construímos, no processo democrático brasileiro, um fortalecimento dos partidos enquanto portadores de projetos, protagonistas de projetos políticos nacionais. O personalismo e a carreira política no nosso sistema eleitoral são predominantes. ”



iniciativas, mas de qualquer forma, hoje somos nós, é o PT o alvo principal dessa judicialização.

Vejam o seguinte: fidelidade partidária. O Congresso teve dificuldade de fazer, então aí vem o Judiciário e resolve decidir sobre a fidelidade partidária. Só que a decisão que o Judiciário tomou, além de uma invasão das prerrogativas do Congresso, provocou uma confusão muito maior. Estabeleceram um modelo de fidelidade eterna. Nem a fidelidade dos partidos comunistas, com seu centralismo democrático, era como o STF aprovou.

Porque você tem de ter uma temporalidade na fidelidade. Isso é, a fidelidade é sempre referida a uma relação e, no caso da fidelidade partidária, ela se refere, ela nasce da relação do político ou do partido com o eleitor. Mas para o STF não! A fidelidade é permanente, é eterna! Então, em razão da judicialização da política, você entra com a questão de ordem, aí vem o recurso e todo aquele trâmite jurídico. Esse proces-

so dá aos membros do Judiciário um papel que eles não devem ter: o de líderes políticos. Tanto é que alguns ministros do Supremo falam de política como se fossem representantes do povo, como se tivessem sido eleitos; eles dão entrevistas, eles falam, eles dão opinião sobre processos que estão em julgamento. Ora, o juiz, quando está julgando uma questão, só fala sobre ela nos autos. Isso é um princípio básico. Está acabando aquela idéia de que na democracia (os três poderes de Montesquieu, lembram?) o Legislativo legitima-se pelo voto numa eleição proporcional ou majoritária, o Executivo numa eleição direta e o Judiciário - pelo modelo brasileiro - pela meritocracia, fazendo concurso público, em que a justiça é fria e não é a do espetáculo!

É bem verdade que, partindo de outros pressupostos e num outro momento histórico, o PT e os movimentos sociais também se valeram dessa judicialização da política. Lembram quando um deputado protocolava uma denúncia no STF diante de toda a imprensa, mostrando pilhas de documentos? Pois então...

O terceiro problema, também uma questão muito delicada, é o equilíbrio federativo do nosso País. A relação contraditória entre o os projetos nacionais e os regionais. Vocês sabem que o Brasil sempre trabalhou historicamente num dilema entre a centralidade nacional e as realidades federativas porque nos formamos como um país federativo, continental, com regiões e com Estados. Evidentemente isso tem uma implicação muito grande na política. Aqui entra o papel do Senado e a questão do número mínimo de deputados por Estado que, todos concordam, é uma das causas

da reforma política não avançar.

No meu modo de entender, não construímos, no processo democrático brasileiro, um fortalecimento dos partidos enquanto portadores de projetos, protagonistas de projetos políticos nacionais. O personalismo e a carreira política no nosso sistema eleitoral são predominantes. Então a disputa política é muito fragmentada, é muito personalizada e você dilui os projetos num personalismo, numa fragmentação de carreiras políticas.

Temos de construir um cronograma. Primeiro, intensifica-se o debate a partir de agora, principalmente entre os partidos da esquerda, para que eles tomem a vanguarda, da reforma política democrática

Tenho a opinião de que o nosso sistema político, com todos esses problemas e contradições, exige uma reforma política e eleitoral mais ampla do que aquela que propugnava o projeto que votamos na Câmara Federal e que foi relatado pelo deputado Caiado. Aquele projeto era correto e contou com o nosso apoio. Ele propunha mudanças em, basicamente, quatro pontos: financiamento público, fidelidade, lista partidária e fim das coligações na eleição proporcional.

Entretanto, para ser efetiva, a reforma política tem de tratar da reforma eleitoral, do funcionamento das instituições e do papel dos partidos.

Isso porque se essa decisão do TSE sobre a fidelidade for levada às últimas conseqüências, vamos sair de um modelo que não tinha fidelidade para um modelo em que quem tiver o controle do partido vai ter tudo, gerando uma burocracia partidária com uma força muito grande. E isso foi causado pela ilusão de que assim seria resolvido o problema do financiamento das campanhas. É bom lembrar que a Operação Mãos Limpas na Itália começou exata-

mente em razão do peso que tinham as burocracias partidárias na disputa eleitoral e na formação das maiorias no Congresso. Na Itália, a burocracia partidária controlava o financiamento dos grandes partidos e foi por meio dela, inclusive, que se estabeleceu a relação de alguns partidos com a máfia.

Leonel

- Isso é o que se chama o processo de oligopolização dos partidos.

Genoio

Exatamente. E me parece que é muito difícil viabilizarmos uma reforma política nessa legislatura. Este ano está acabando. O ano que vem é eleição municipal e em 2009 começa a discussão da sucessão de 2010. Para mim, temos um momento certo para fazer a reforma política. Temos de construir, na verdade, um cronograma, um processo formado por debates e medidas. Vamos lá. Primeiro, intensifica-se o debate a partir de agora, principalmente entre os partidos da esquerda, para que eles tomem a vanguarda, o protagonismo do que é uma reforma política democrática. A campanha eleitoral de 2010 será o momento para uma discussão política de massa sobre a reforma política. Legitimados, os deputados e senadores eleitos em 2010, livres de constrangimentos políticos como o terceiro mandato, por exemplo, terão a competência para fazer uma reforma política por maioria absoluta e de forma unicameral. Durante os seis primeiros meses de 2011, unicameralmente, deputados e senadores discutirão propostas para artigos específicos e predeterminados da Constituição. Até porque, numa constituinte congressual e ampla, a direita pode querer tornar a reforma política secundária para mexer nos pontos essenciais da



“Toda campanha eleitoral é uma competição selvagem. Eu fui candidato a governador e vivi as eleições de 2004 como presidente do PT. É uma competição louca! O candidato acha que se subir dois pontos nas pesquisas pode ganhar no primeiro turno. Outro perde um ponto, o programa de televisão sai do ar e vai repetir, faltou cartaz, etc. É uma loucura tão grande...”

Constituição. Para mim, a reforma política é o debate em torno dos seguintes pontos: sistema eleitoral, partidos, competências do Senado e da Câmara. Repetindo: os deputados e senadores se reunirão unicameralmente para votar uma reforma política nesses artigos da Constituição. Ou seja, algo parecido com o que aconteceu em 1986 no Congresso Constituinte, quando o PT defendeu uma assembléia constituinte, mas acabou predominando o Congresso Constituinte, que foi aquilo que a correlação de forças na transição permitiu e que produziu a Constituição de 1988.

Então, quais seriam as questões centrais dessa reforma? Primeiro, o financiamento público exclusivo tendo como base a última eleição. Isso é, o critério será o número de votos que cada partido teve na última eleição e um piso mínimo para os partidos novos. Esse financiamento público seria em conta pública, com verba orçamentária, aprovado um ano antes, junto com o orçamento. Esse montante de recursos seria para custear o conjunto de tudo aquilo que se gasta nas campanhas para presidente, governador, deputado, senador etc. Junto com isso, é claro, tem de haver a proibição de qualquer financiamento privado. O financiamento público, em minha opinião, cumpre três grandes objetivos: primeiro, é no financiamento das campanhas que se aprofunda a desigualdade de oportunidades das escolhas. Portanto, com o financiamento público essas oportunidades se igualam, porque a base é a mesma para todos. O segundo objetivo é o combate ao caixa dois. Não tem como combater o caixa dois sem financiamento

público. A fiscalização torna-se mais fácil e o controle é público. A conta é pública, é do orçamento. Finalmente, com o financiamento público se atinge o terceiro objetivo: diminuir o valor dos gastos em campanha eleitoral. Continuam as proibições que já existem: shows, *outdoors*, essas coisas. Toda campanha eleitoral é uma competição selvagem. Eu fui

Outro ponto importantíssimo: aperfeiçoar o sistema proporcional. Eu sou radicalmente contra o sistema distrital pela via mista ou pela via pura. Sou favorável ao aperfeiçoamento do proporcional.

candidato a governador e vivi as eleições de 2004 como presidente do PT. É uma competição louca! O candidato acha que se subir dois pontos nas pesquisas pode ganhar no primeiro turno. Outro perde um ponto, o programa de televisão sai do ar e vai repetir, faltou cartaz etc. É uma loucura tão grande... Em 2004, tinha candidato que chegava para a direção do partido e dizia: “Eu quero dinheiro para minha campanha! Como? Não

interessa! Eu quero ganhar a eleição!” O financiamento público acaba com esse tipo de problema, com esta pressão. As campanhas eleitorais começam com seu custo estabelecido previamente, planeja-se melhor, as campanhas ficam mais baratas. Por isso eu acho que o financiamento público é o modelo mais adequado. Se não houver isso, teremos sucessivos escândalos, sucessivos problemas. Até mesmo quem não faz caixa dois pode ser alvo de um desgaste político, pois - como o exemplo que mencionei há pouco - se ele recebeu contribuição registrada, por meio do bônus da Justiça Eleitoral, tudo certinho, de uma determinada empresa, e se essa empresa vier a ser envolvida em algum escândalo o nome dele vai aparecer também. Aí na hora que aparece na *Folha*, no *Globo*, no *Estadão*: “Olha meu, o cara está metido com isso!” Acabou! A população não vai diferenciar

aquele que recebeu legalmente do que recebeu de forma ilegal. Nós devíamos transformar o financiamento público numa campanha política.

Eu sei, a população não apóia o financiamento público: “Gastar dinheiro com político!” Mas temos de disputar essa opinião, mostrando para as pessoas que é para o bem da gestão do Estado, da transparência. Para a gestão pública o financiamento público é o mais republicano, é o mais barato, é o que iguala as oportunidades. O sistema que está aí é mais caro e deixa a relação entre o poder público e os interesses privados muito mais nebulosa.

Bom, sobre a fidelidade: o modelo que defendo é aquele que estabelece um tempo determinado de fidelidade partidária. Você é obrigado a se filiar no partido um ano antes de ser candidato. Você só pode trocar de partido, sem nenhuma sanção, quando se candidatar novamente. Portanto, teríamos uma fidelidade renovada de quatro em quatro anos. Você é eleito pelo partido; se sair do partido durante o período para o qual foi eleito, perde o mandato.

Outro ponto importantíssimo: aperfeiçoar o sistema proporcional. Eu sou radicalmente contra o sistema distrital pela via mista ou pela via pura. Sou favorável ao aperfeiçoamento do proporcional. O que é aperfeiçoamento do proporcional? O partido apresenta uma lista elaborada e aprovada democraticamente pelos filiados. Além disso, o eleitor pode alterar a ordem dessa lista. Isso é, a lista está lá, faz-se campanha para essa lista, mas se o eleitor julgar que, por algum motivo, seu candidato deveria estar numa outra posição na lista, ele pode alterá-la na hora do voto. O eleitor não vai poder escolher mais do que uma lista, mas se ele achar que há alguma aberração, se desconfiar que o candidato dele foi perseguido, houve uma clara discriminação, a burocracia destituiu uma candidatura amplamente viável etc, existe essa oportunidade, de o eleitor mudar a posição de seu candidato na lista.

Alguém da platéia

- Só para esclarecer. Seria uma lista fechada?

Genoio

- A lista é fechada.

Alguém da platéia

- A única coisa que mudaria seria a posição dos candidatos?

Genoio

Sim, a lista é fechada. O partido apresenta uma lista, portanto não existe a campanha individual; não tem comitê de candidato a deputado; não tem campanha de escritório, de televisão, nem nada. Você tem a campanha da lista; isso é, do programa. O programa do partido é esse, o número é esse e os compromissos



“ Eu sou contra a extinção do Senado. Sou contra o unicameralismo no Brasil. Acho que o Brasil não tem condições de ter o unicameralismo. Somos uma nação continental com particularidades regionais e federativas muito fortes. ”



são esses. A lista está fechada. Agora, é permitido ao eleitor que, dentro desta lista fechada, faça alterações, caso considere, como nos exemplos que dei, que há perseguição política, burocratização e injustiça clara na elaboração da lista. No caso do PT, meu partido, defendo que a lista seja feita pelos filiados num processo de prévias, num processo de consulta popular entre os filiados. Pode aparecer problemas? Claro! Mas, na minha visão, o sistema atual é muito mais confuso e problemático. Hoje, como a eleição é nominal, há um estímulo à carreira e ao personalismo. Você estimula inclusive a competição selvagem entre candidatos de um mesmo partido. Por isto, a lista, no meu modo de entender, é menos complicada, tem menos erros, menos problemas. Claro que não acabaremos totalmente com o caixa dois, mas isso ficaria muito mais evidente que hoje. Aquele que infringir a lei, fazendo uso do caixa dois, vai aparecer com mais facilidade. Como se vai fazer a campanha? Não precisa de carro, não precisa de som ou de *outdoors*. O que se tem é um partido fazendo a campanha, um único programa de TV, um único comitê da campanha. Junta todo mundo e quanto mais votos todos tiverem, melhor.

Agora entramos no quarto ponto, que é a correção da proporcionalidade, e aí vamos discutir a questão federativa. Hoje, todos vocês sabem, há uma deformação representativa da Câmara dos Deputados. Ninguém fala nisso porque, na verdade, não se tem uma solução. A representação dos Estados grandes e médios está deformada e não é só o de São Paulo, não. Se você for corrigir, como diz a Constituição, o número de deputados pelo número de eleitores, o Pará tem menos deputados do que deveria, assim como a Bahia e o Ceará, entre outros. Todos os Estados que tiveram um crescimento da população e de eleitores nos últimos dez anos têm um número menor de representantes.

Como não é possível ficar corrigindo - porque senão vai só aumentando -, o número de cadeiras por Estado está congelado. O que seria correto, no meu entender? Estabelecer um número fixo. A Câmara dos Deputados é composta de 513 deputados e nenhum Estado pode ter menos de quatro. E aí você vai fazendo os ajustes de cada eleição. Foi o Pacote de Abril do governo Geisel que estabeleceu oito como número mínimo de deputados eleitos por Estado. Isso foi um casuísmo, porque naquele momento, como o MDB, que era a oposição no Brasil, era majoritário nos Estados mais populosos e politizados, o Pacote de Abril elevou a representação dos Estados pequenos, porque era ali que a Arena poderia ganhar. O resultado disso foi sub-representação e super-representação. Hoje,

pelo levantamento que fizemos, poucos Estados passariam por mudanças se fosse alterado, de oito para quatro, o número de deputados por Estado. Também não devemos esquecer que, exceto financiamento público, tudo isso que falamos é emenda constitucional.

Junto disso está o debate sobre o papel do Senado Federal. Eu sou contra a extinção do Senado.

Sou contra o unicameralismo no Brasil. Acho que o Brasil não tem condições de ter o unicameralismo. Somos uma nação continental com particularidades regionais e federativas muito fortes. Com o unicameralismo teremos um parlamento nacional único, complicando assim a representação popular e correndo o risco de termos uma radicalização nas relações federativas. Eu defendo que o Senado re-

represente os Estados. O ideal é que sejam dois ou três senadores eleitos periodicamente - pode ser de oito em oito anos -, que representam a federação. Essas competências federativas são: leis referentes aos Estados, negociação entre os Estados, relações com os governadores, política externa, nomeação de embaixadores, escolha de ministros do Poder Judiciário, acordo internacionais. Tudo isso passaria pelo Senado como casa representativa dos Estados. O Senado não teria a iniciativa de elaborar leis. Sabem por que o Senado tem iniciativa de leis? Vocês se lembram que, na transição do governo Figueiredo, a oposição tinha maioria na Câmara e a situação tinha maioria no Senado? Tanto que as votações envolvendo aqueles decretos salariais acabavam num impasse. Votava-se sempre primeiro na

Câmara, onde a oposição era maioria e derrotava o governo. A Arena insistia sempre em dar uma outra interpretação ao regimento para que o processo começasse no Senado, onde tinha maioria. Agora temos um pingue-pongue! Você vota uma lei na Câmara e ela muda no Senado. Muda no Senado e volta para a Câmara, e caso a Câmara mude, volta para o Senado novamente. Você tem uma

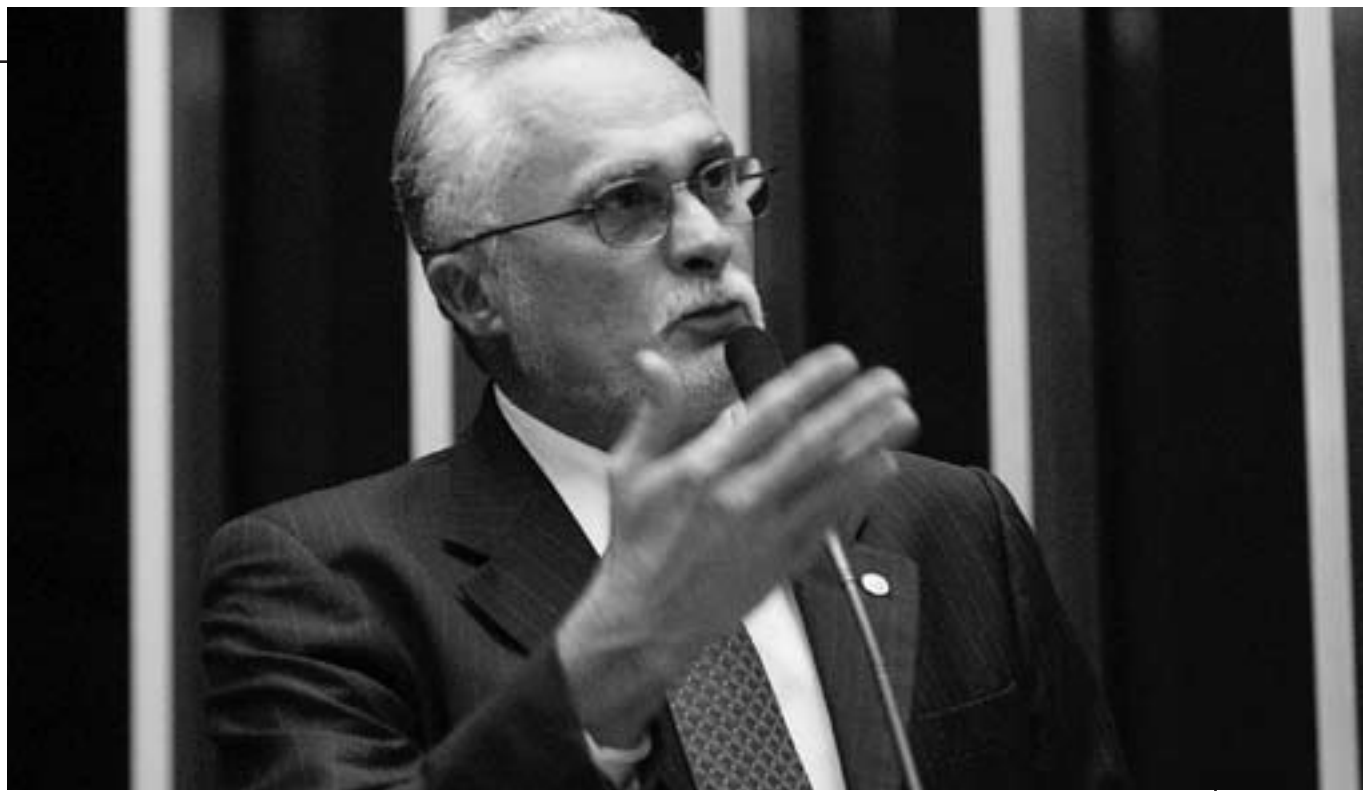
disfuncionalidade do bicameralismo. E o bicameralismo no Brasil está deformado porque o Senado tem a prerrogativa da iniciativa de leis. A reforma política deve debater a necessidade de o Senado apenas poder tratar de determinadas leis, e a Câmara de outras. Uma casa só pode revisar a outra com um quorum alto. Por exemplo, de um terço. Um exemplo: a Câmara vota uma matéria sobre salário mínimo. Matéria típica do povo, portanto, típica da Câmara. Se o

Senado quiser revisar, um terço pede para apreciar aquela matéria já votada pela Câmara.

A idéia é radicalizar a visão de que a Câmara representa o povo e o Senado representa os Estados. Hoje, o Senado é casa revisora e a Câmara é casa revisora também. Só que são duas casas com legitimidades democráticas diferentes. A eleição para o Senado é majoritária e para a Câmara é proporcional. Uma bagunça que está vinculada com esse modelo de presidencialismo adotado no Brasil. Outra medida é acabar com o cargo de suplente de senador. Um amigo meu lembrou que nem na hora de apertar o botão na máquina a foto do suplente aparece. Às vezes, no santinho aparece! Às vezes! O suplente seguiria a ordem dos mais votados, caso o efetivo se licencie.

Isso produziria uma melhora significativa no fun-

Hoje, todos vocês sabem, há uma deformação representativa da Câmara dos Deputados. Ninguém fala nisso porque, na verdade, não se tem uma solução





“ Por isso que eu acho que esse debate que está havendo na sociedade sobre o voto secreto é mais um caso dessa banalização que a mídia faz e que a opinião pública rapidamente embarca, em que a democracia é entendida como um espetáculo, como um jogo banal com algumas pequenas normas. ”

cionamento das instituições democráticas. Não se trata de uma visão de mercado da democracia, mas temos de dar funcionalidade às decisões do Congresso Nacional. O que acontece hoje? Uma lei é votada na Câmara com aquela tramitação: comissões, plenário. Ela vai para o Senado e faz o mesmo percurso: comissões, plenário. Acho, inclusive, que o modelo que existia na Constituição de 1946 era mais adequado. Quando se trata de emenda constitucional, em vez de ter votação separada na Câmara e no Senado, as duas casas se juntavam numa sessão única. Na verdade, o Congresso Nacional - que é a reunião de deputados e senadores - hoje só serve para votar veto presidencial e orçamento da União. Então, se é emenda constitucional, em vez de votar nas duas casas separadamente, com a possibilidade de criar um pingue-pongue, você teria uma comissão mista de deputados e senadores analisando e o Congresso Nacional votando. Isto porque se está mudando a Constituição.

Sobre votação aberta na Câmara, sobre o voto aberto. Antes disso, essa coisa de sessão secreta: um absurdo. Temos de acabar com isso. Não pode existir sessão secreta. Voto secreto: sou contra acabar pura e simplesmente com todo e qualquer voto secreto. Hoje o voto é secreto para as seguintes situações: eleições da mesa da Câmara e do Senado, cassação de mandatos, escolha de ministros do Supremo, Presidente do Banco Central, Procurador Geral da República, diretor geral da ABIN, veto presidencial e escolha de embaixadores. Como nasceu o voto secreto? O voto secreto nasceu de uma prerrogativa de defesa necessária quando determinadas questões estão em jogo na relação de poder. Eleição da mesa, cassação de mandato pode ser por voto aberto porque não estão em jogo relações de poder. Agora, indicação de ministros para o Supremo Tribunal Federal não pode ser por voto aberto.

Provavelmente, todos serão indicados por unanimidade, até porque, o deputado ou senador que votar contra poderá sofrer retaliações. Na escolha do Procurador Geral da República, que é quem denuncia deputados e senadores, vai ser por voto aberto? Não vai ter nenhum voto contra, caso ele seja aberto. A indicação do diretor da agência de inteligência que, em tese, é aquele que tem o serviço secreto na mão, como o voto pode ser aberto? Nessas situações, eu defendo o voto secreto como uma prerrogativa do Congresso. Essa campanha que está sendo feita, do “Tudo aberto!” é uma faca de dois gumes. É claro que aprovação do nome do presidente do Banco Central, eleição de mesa da Câmara, cassação de mandato, embaixadores, diretores de agência e outros, o voto pode ser aberto. Agora, em questões sensíveis de Estado como os exemplos que citei, o voto aberto é um obstáculo para uma relação democrática entre os poderes.

Por isso que eu acho, que esse debate que está havendo na sociedade sobre o voto secreto é mais um caso dessa banalização que a mídia faz e que a opinião pública rapidamente embarca, em que a democracia é entendida como um espetáculo, como um jogo banal com algumas pequenas normas.

Outra proposta que apresento para o debate é sobre as exigências legais para apresentação de leis. Atualmente o Brasil tem referendo, consulta e plebiscito. Isso está bem regulamentado com base num projeto apresentado pelo então deputado Almino Afonso, a partir de um am-

plô acordo feito durante o governo passado. Não tem exigência de número de eleitores ou de partidos, 10% de uma das casas - Câmara ou Senado -, entidades nacionais, entre outras, podem apresentar propostas de referendos, plebiscitos ou consultas, que deverão ser aprovadas pela maioria do Congresso Nacional. O problema está na exigência para a iniciativa de leis. Exige-se 1% do eleitorado para apresentar uma proposta de lei ordinária. Hoje isso representa mais de 1 milhão de assinaturas de eleitores. Eu

acho que deveríamos reduzir esse número. Diminuir e mudar. Em vez de a sociedade poder apresentar só lei ordinária - porque hoje só isso que pode -, poderia apresentar, inclusive, propostas de Emenda Constitucional. Tudo com um número de assinaturas menor que 1% do eleitorado. Eu acho que, aí sim, estaríamos trabalhando com

Em vez de a sociedade poder apresentar só lei ordinária - porque hoje só isso que pode. Poderia apresentar, inclusive, propostas de Emenda Constitucional. Tudo com um número de assinaturas menor que 1% do eleitorado

a idéia de uma democracia participativa. Caso não sejam criados mecanismos de democracia participativa, coisa que hoje é facilitada pelos avanços da revolução tecnológica e científica, pode surgir segmentos sociais com uma capacidade de influência no Congresso Nacional, na política, no País, muito maior do que outros, porque uns têm acesso à Internet, têm um computador, outros não.

Volto agora ao ponto que, rapidamente, me referi no começo e que está na raiz da relação tensa que hoje existe entre polícia, Ministério Público e Judiciário. O Ministério Público pode controlar a polícia e oferecer denúncia. Mas, acho que investigar e denunciar é muito poder concentrado numa única instituição! A instituição que investiga não pode denunciar. Assim como a que denuncia não deve poder investigar. É por isso que eu proponho um debate sério sobre a competência do Ministério Público. É evidente que eu não estou querendo voltar ao que era antes, mas devemos discutir mudanças no MP para, inclusive, melhorar a qualidade da democracia no Brasil. Vejam um exemplo, que acontece todos os dias: os inquéritos e processos que necessitam de quebra de sigilo. Além de uma autorização judicial fundamentada, é preciso ter muito cuidado e responsabilidade. Hoje você abre o sigilo de cem telefones e aparecem no meio desses dez que não têm nada a ver com a investigação, porque a quebra do sigilo de um telefone causa a quebra de outro, e assim sucessivamente, em cascata. Você sabe que hoje a tecnologia para quebrar sigilo...



“ O que ainda não entrou na agenda do País como uma perspectiva de solução? A questão da qualidade da democracia. E isso significa entender a reforma da política como uma das tarefas mais importantes deste momento; como um problema que o País tem de resolver. ”



Ivan

- Selo digital

Genoino

Isso, selo digital, que também é chamado de “guardião”. Com o guardião pode-se abrir o sigilo de 400 mil telefones ao mesmo tempo. Codificam-se alguns vocábulos e palavras e o aparelho busca esses códigos. É um processo tecnicamente simples e rápido, facilitando muito a violação dos direitos e garantias não só de indivíduos, mas também de entidades, empresas, governos, etc. Alguns membros do Ministério Público e da Polícia Federal que possuem informações sigilosas fazem, algumas vezes, uma aliança com a mídia e saem detonando pessoas, empresas, entidades e suas respectivas reputações. E, claro, toda pessoa que tem essas prerrogativas institucionais, quando se transforma em fonte privilegiada da mídia vira personalidade, fica famoso, dá entrevista sobre inquéritos ainda nem concluídos, vaza indícios como se já fossem provas etc..

A nossa experiência política nos ensinou uma coisa sobre Brasil: ele não muda no solavanco, na ruptura. Esse processo de mudança, aqui, deve ser por etapas. A questão da reforma política e eleitoral deve ser encarada como um grande objetivo da agenda política prioritária para o País. A questão social entrou na agenda do País, a questão do crescimento econômico também está na agenda do País, bem como o conjunto de questões relacionadas às nossas relações internacionais. O que ainda não entrou na agenda do País como uma perspectiva de solução? A questão da qualidade da democracia. E isso significa entender a reforma da política como uma das tarefas mais importantes deste momento; como um problema que o País tem de resolver. Resolvê-lo pela via do casuísmo circunstancial é a pior coisa.

Nessa agenda, por exemplo, não é prioridade discutir fim da reeleição. Isso se discute depois! Agora isso não é problema. No meu modo de ver, o melhor deveria ser cinco anos sem reeleição, que foi aquilo que a Constituição aprovou. Vocês perceberam que a fracassada revisão constitucional de 1993 serviu somente para duas coisas? Aprovar o Fundo Social de Emergência e, como Lula estava com 42% das pesquisas na época, mudar a duração do mandato de cinco para quatro anos. Só que quatro anos é muito pouco para executar um programa! Um mandato de cinco anos dá mais estabilidade. Mas o que aconteceu depois? Introduziram a reeleição! Mais uma vez o objetivo imediato e circunstancial castrou a reforma política.

Fernando Henrique Cardoso poderia ter tratado dela no seu primeiro mandato porque ele tinha força. Assim como o PT, que deveria ter insistido mais na reforma política no início de 2003, período em que também detinha uma

grande força social. Mas o que houve? Em 2003 iniciamos um movimento pela reforma política e, quando fomos articular nossa base no Congresso, alguns partidos disseram: “se botar isso na pauta a gente rompe com o governo”. Porque a reforma política só interessa a partidos que têm projeto nacional. Partidos cuja meta é eleger deputados vão se mobilizar pela reforma política por quê? Para eles, o sistema que está aí é muito melhor, é um *self-service*. Eles fazem uma aliança com o partido majoritário, elegem alguns deputados e vão sobrevivendo. Na eleição para a presidência da Câmara em 2004, quando Luiz Eduardo perdeu a eleição, nós apresentamos uma proposta: “vamos fazer um acordo e o novo presidente da Câmara coloca a reforma política na pauta”. A base que apoiava o governo Lula não concordou. Procuramos o PSDB e o PFL: “Vamos fazer um acordo para eleger Luiz Eduardo e colocamos a reforma política na pauta, independentemente da base de apoio”. Eles disseram: “Não! Nós queremos derrubar vocês e vamos eleger qualquer um, menos o Luiz Eduardo presidente da Câmara.” Bom... Deu no que deu!

E hoje, se colocarmos na pauta o terceiro mandato, por exemplo, nós vamos aprofundar a crise. Para mim, é um grave erro político colocar a discussão do terceiro mandato ou a prorrogação de mandato. Não podemos continuar tratando a reforma política de forma casuística. O Pacote de Abril foi casuísmo e vejam o resultado. A revisão constitucional tratou a duração do

mandato como casuísmo. Na própria Constituinte esse tema foi tratado assim. O que estava em jogo na Constituinte? O sistema de governo. O que aconteceu foi que acabou se vinculando a duração do mandato do Sarney à discussão sobre o sistema de governo. Um acordo com Sarney resultou em cinco anos de mandato e na derrota do parlamentarismo. Não dá para você tratar a reforma política de maneira pontual. Tem de haver uma agenda e discutir todo seu

encadeamento. Por exemplo, se mexermos na fidelidade, teremos de mexer no fim das coligações proporcionais. Até porque, só ficar mexendo em cláusula de barreira não tem nada a ver com reforma política democrática.

Agora, para terminar, duas últimas questões: primeiro, o sistema distrital. Historicamente ele foi introduzido para congelar situação de não transformação.

Os tucanos vão começar uma campanha explícita para adotá-lo no Brasil. O sistema distrital privilegia os interesses locais, regionais, paroquiais, em detrimento de projetos nacionais na disputa de hegemonia. Foi assim na Alemanha e em alguns países da Europa. O sistema distrital é conservador por essência, é congelador de mudanças, transforma a política num jogo de interesses específicos de cada distrito. No voto distrital não existe estratégia. Além disso, no Brasil, o distrital não funcionaria direito. Seria a pior das oligarquizações porque não há uma uniformidade entre o número de eleitores e o espaço territorial. Teríamos um distrito em São Paulo, por exemplo, Vila Mariana ou Saúde, que teria o mesmo número de eleitores do Estado do

Para mim, é um grave erro político colocar a discussão do terceiro mandato ou a prorrogação de mandato. Não podemos continuar tratando a reforma política de forma casuística. O Pacote de Abril foi casuísmo e vejam o resultado...



“ Eu sou radicalmente contra o distrital. Vai ter uma disputa dura na Câmara. Integro uma comissão especial que vai discutir uma emenda constitucional, proposta pelo PSDB, que introduz o sistema distrital. Vai ser uma batalha, pois há setores da sociedade que se iludem com o voto distrital. ”

Amazonas, onde são eleitos oito deputados. Então, como fica? Não funciona! Outro problema técnico: o número de cadeiras para as Assembleias Legislativas não coincide com o número de cadeiras para Câmara Federal. Então o eleitor vai votar num distrito para deputado estadual e em outro para federal? Como funcionaria isso? O sistema eleitoral deve ser simples. Simplificar para que o eleitor possa despertar sua vontade política. Devemos, sim, aperfeiçoar o sistema proporcional. Eu sou radicalmente contra o distrital. Vai ter uma disputa dura na Câmara. Integro uma comissão especial que vai discutir uma emenda constitucional, proposta pelo PSDB, que introduz o sistema distrital. Vai ser uma batalha, pois há setores da sociedade que se iludem com o voto distrital.

Segundo: voto facultativo. Defendia o voto facultativo. Votei duas vezes no voto facultativo e felizmente perdi. Faço uma severa autocrítica. Acredito, hoje, que o voto obrigatório é importante para uma democracia eleitoral de massa. O voto é um direito, mas ele induz a um dever em relação ao País, em relação às políticas públicas. O voto facultativo, no meu modo de entender, elitizaria o processo eleitoral brasileiro.

Resumindo, apresentei aqui uma proposta de como tratar a reforma política. Na minha visão, devemos começar o debate hoje, na eleição de 2010 construirmos uma agenda e, por maioria absoluta e de maneira unicameral, votarmos os pontos da reforma política.

Vamos ser claros: se existe uma crise no Brasil, que crise é essa? A economia está crescendo, o desemprego está diminuindo, o emprego está aumentando, as relações externas ótimas, as perspectivas estão ótimas. Onde é que se diz que o País está em crise? Na política. No Congresso Nacional.

É isso o que eu queria apresentar e, se eu extrapolei o tempo, desculpem-me.

Moderadora - Maria Dea Nunes

Agora, vou abrir para o debate. Vou anotar quem quer falar e, se por acaso alguém tiver uma segunda pergunta, aquele que ainda não falou tem prioridade... Leonel, Ivan e Nakamura, nessa seqüência, por enquanto.

Leonel

Deputado, eu tinha listado uma série de coisas, mas você fez uma amarração delas no final da sua fala. E você sintetizou bastante a coisa. Uma delas era sobre o mandato presidencial, isso é, o terceiro mandato. Você esclareceu a sua posição. A gente poderia aprofundar esse debate, mas acho que de qualquer maneira a sua posição com relação a isso está clara. A outra coisa seria a questão do voto distrital puro ou misto. Acho que de uma certa forma, você se posicionou e isso pode ser um tema para debate. Voto facultativo ou obrigatório? Eu tinha listado essas coisas aqui - você também abordou isso e colocou sua posição, embora isso também esteja aberto ao debate. Agora, o que mais me preocupa é a questão do sistema partidário. Porque implica combinar governabilidade com representatividade. O sistema bipartidário favorece a governabilidade, porque se monta um governo de maioria e se configura claramente uma oposição. Só que essa suposta governabilidade prejudica a representatividade, porque numa sociedade você não tem apenas duas correntes: liberais e conservadores, democratas e socialistas. Nossa sociedade é plural, é complexa, tem muitas outras tendências, que o bipartidarismo não consegue abranger. Então isso é um problema.

Agora na outra ponta: o problema é o pluripartidarismo exacerbado, ou seja, quando você tem uma fragmentação partidária levada a tal ponto que, se isso garante um alto grau de representa-

tividade, dificulta extremamente o processo de governabilidade, a montagem de uma maioria no Congresso. Claro, estou me referindo a um modelo em que a negociação não seja dura, não seja pontual, não seja do 'toma-lá-dá-cá'. Eu acho que ela resulta muito do excesso da fragmentação partidária. Estou colocando esse problema porque você falou da cláusula de barreira. Acho que isso também é uma coisa bastante discutível. Você é contra cláusula de barreira e deixou isso muito claro. Agora, como é que podemos ter um sistema partidário representado no Congresso com 19, 20 partidos e ter condições, por exemplo, de governar dependendo de uma base de alianças que acaba, de certa forma, interferindo no programa do governo? E nós falamos de eleições. Agora quem ganhou as eleições? O PT não ganhou as eleições. Quem ganhou as eleições foi o Lula! O PT não elegeu governador do Rio Grande do Sul, nem de São Paulo, nem do Rio, nem de Minas, nem de Pernambuco. Foi o Lula, mais do que o partido, quem ganhou as eleições. No Congresso, o governo tem uma maioria relativa e, para conseguir governabilidade, tem de fazer um leque amplo de alianças. Mas isso a um tal ponto que vira uma barganha. Eu não sou contra as alianças, sou a favor de alianças. Eu não sou um purista. Sou partidário da ética da responsabilidade. Agora, eu acho que, no Brasil, o sistema partidário continua sendo problemático. Eu descarto um sistema bipartidário agora. Mas um pluripartidarismo fragmentado ao extremo e com representação no Congresso? Não tem problema ter 50 partidos representados na sociedade, é até muito bom. Agora, você ter 20 partidos no Congresso já é uma coisa que interfere na governabilidade e cria problemas. É só essa a questão. Sobre as outras, de alguma maneira, você já se posicionou.



“ O ideal é ter um pluripartidarismo com essas limitações: tempo da televisão, fundo partidário, funcionamento de bancada e outras prerrogativas só para partidos que tiveram votos de, no mínimo, 2% do eleitorado nacional, por exemplo. ”



Ivan

Eu dividiria essa discussão em três níveis. Primeiro, os princípios do que temos de democracia hoje. Segundo, a estrutura, o sistema, e no terceiro nível, os procedimentos. Procedimentos é aquilo que você falou de mídia, Ministério Público etc e tal. Começando pelos fundamentos: acho que a gente tem uma posição de transição absolutamente peculiar no Brasil. A gente viveu isso muito bem na campanha da anistia, quando a gente matou politicamente a ditadura, mas não legalmente. Matamos politicamente porque denunciámos, emparedamos a ditadura. Mas convivemos por mais um período, de seis, sete anos, com a própria ditadura reinando. Um pacto de direita colocou o País sob a tutela militar já no início do período democrático, essa foi a nossa transição. Um pacto cuja visão prevaiente é a visão da direita. Nós temos um Estado democrático com a visão de direita. E este pacto faz com que o controle fique nas mãos das chamadas elites. É uma tutela da elite com um pensamento de direita. Você pegou uma coisa extremamente importante e a gente precisa estar atento a isso, que é o fato de o Brasil ter resistido à investida neoliberal. É uma coisa basicamente econômica, mas que transcende o legal, o legislativo e a sociedade como um todo. A tal ponto que, nas últimas eleições presidenciais, nenhum candidato se assumiu claramente de direita. Todos se assumem como esquerda, mesmo não sendo. Isso é fundamental, é uma questão ideológica. E aí você entra num segundo nível que eu propus, que é a questão do sistema, da estrutura. Você citou um negócio in-

Temos de ter uma visão cientificamente estratégica e precisamos romper com esses fundamentos autoritários e elitistas de poder

teressante, que eu acho fundamental, que é o fato de a estrutura ser montada para não dar certo. Eu participei de campanhas eleitorais, eu vi a questão do financiamento, por exemplo. Grandes empresários dizendo que queriam dar dinheiro, mas não poderiam aparecer porque senão os outros candidatos iriam “encher o saco”. É feito para ter caixa dois. É feito para não dar certo. E olha que eu estou falando de uma colaboração não escusa. Então eu acho que essa proposta que você elencou está absolutamente correta. Na questão do voto distrital e do voto obrigatório, a sua autocritica é bem-vinda.

Agora toco numa questão extremamente importante – e aqui está o desafio da convivência republicana –, que são os procedimentos. Isso é, a investigação policial, o poder de polícia, o poder do Ministério Público, etc. Existe uma discussão - não vamos entrar nela agora, mas ela existe - sobre o poder da polícia. Isso se junta ao primeiro ponto que eu falei: a tutela militar-policia. Isso é histórico, mesmo se levarmos em conta o Estado Democrático de Direito em que vivemos. O poder de polícia é o poder de repressão. O poder de polícia, aqui, é dado ao Ministério Público também. Nós não temos uma polícia do Judiciário, portanto não temos uma perícia independente. Quem manda é a polícia! O Ministério Público, que pode ser a polícia da polícia, está sendo governado pela servidão autoritária. Então tem esta história da palavra-chave, não sei o quê... Como é que ficam os procedimentos quando se fala em grampo? O grampo digital quebra o sigilo telefônico de um telefone e entra em 400 mil, porque entra numa cadeia. Os caras podem dizer: ‘Esses nós não

quebramos’. Mas está lá e eles fizeram. Então devemos exigir o controle desses procedimentos para que possamos ter um mínimo de vida republicana, com direitos absolutamente iguais para todos. Esse é o fundamento da nossa discussão. E se a gente não se lembrar da questão da tutela militar-policia, da tutela do poder econômico, da tutela do poder da elite... Nós temos um sistema, uma estrutura de poder absolutamente autoritária e consoante com essa tutela e com esses procedimentos. E o sistema eleitoral distrital é um procedimento que torna o poder econômico e o casuismo ainda mais prevaiente. Não se vai fazer outra coisa que não seja eleger o coronel da esquina. Temos de ter uma visão cientificamente estratégica e precisamos romper com esses fundamentos autoritários e elitistas de poder. Do contrário, não vamos conseguir aquilo que você apontou: fazer a reforma política e eleitoral. Eu não estou falando em quebrar o poder dos militares porque isso é bobagem. Eu estou falando em termos de poder, em termos republicanos. Nós temos de quebrar esses fundamentos para mudar a estrutura e para transformar os procedimentos. A chave de tudo, para mim, é quebrar os princípios dessa tutela que temos aí.

Nakamura

Você levantou uma questão importante e inclusive tem uma parte já questionada pelo Leonel, que é a questão da estrutura política dentro da sociedade moderna. Como nos ensinou Max Weber, a própria estrutura política favorece as políticas de favorecimento, o chamado ‘toma-lá-dá-cá’. Inclusive essa questão que você levantou, do caixa dois - que agora parece que é uma invenção -, faz parte da estrutura criada pela política moderna. Então, como o PT pode solucionar essa questão se ela é intrínseca à política? A questão, por exemplo, do





“ Nossa vocação é o pluripartidarismo. É só analisar a história dos partidos no Brasil e ver que, mesmo com as interrupções violentas durante a ditadura, sempre pendemos para o pluripartidarismo. ”

favorecimento? A gestão do governo depende dessa política, da política dos bastidores. Para mim, o PT caiu nessa arapuca não porque quisesse, mas sim, porque estando dentro da ordem, não teve como fugir, porque isso faz parte do DNA da política moderna. Finalizando, segundo Marx, as grandes questões somente são solucionadas com uma ruptura do *status quo*. Por isso repito a pergunta: como o PT pode querer não ter os problemas desse tipo, se tal estrutura é inerente à sociedade moderna?

Genoino

Eu vou colocar aqui a questão pontualmente. A realidade política brasileira mostra que tendemos a um pluripartidarismo. Nossa vocação é o pluripartidarismo. É só analisar a história dos partidos no Brasil e ver que, mesmo com as interrupções violentas durante a ditadura, sempre pendemos para o pluripartidarismo. O bipartidarismo da Arena e MDB foi uma imposição autoritária da ditadura. Suponho que isso tenha a ver com o fato de a democracia, no Brasil, estar associada ao fortalecimento de instrumentos de descentralização. Vejam, por exemplo, a campanha das diretas: quem puxou foram os governadores. Até a Constituição de 1988 teve forte conteúdo descentralizador. Esse equilíbrio, no meu modo de ver, é fundamental para um país como o nosso. Concordo com o Leonel, o pluripartidarismo anárquico acarreta um alto grau de ingovernabilidade, uma disfuncionalidade e dá aos partidos um poder muito grande.

Com fidelidade e lista partidária, já diminuí bastante a possibilidade de esse tipo de coisa acontecer, porque diminuí a quantidade de partidos. O partido representa uma corrente da sociedade e a sociedade é plural. Por isso, coligação para eleger deputado é errada. Hoje o eleitor vota num deputado ou vereador

do PT e pode eleger um de outro partido.

Tem partidos que só se viabilizam numa aliança com o partido maior. E aí, Leonel, podemos pensar numa cláusula de barreira de 2%, que será o limite para determinar quais partidos terão direito à bancada, ao tempo de televisão gratuito, etc. Agora, quem for eleito toma posse! E, caso seu partido não tenha atingido os 2%, ele não terá direito às prerrogativas da bancada, não terá direito de encaminhar votação no Congresso, não terá direito ao tempo de televisão e nem ao fundo partidário. O TSE fez um movimento contraditório, porque aprovou a fidelidade,

O dilema do PT, do governo Lula e da nossa aliança de esquerda é tentar fazer uma mudança com pontos de autonomia e limitações impostas pelo sistema

mas antes tinha derrubado a cláusula de barreira e aumentou o fundo partidário dos partidos pequenos. Se você aumenta o fundo partidário dos partidos pequenos todo mundo vai fazer um partido para ter direito ao fundo partidário. O fundo partidário viabiliza o partido e empregos nesse partido. É o *self-service*. O ideal é ter um pluripartidarismo com essas limitações: tempo da televisão, fundo partidário, funcionamento de bancada e outras prerrogativas só para partidos que tiveram votos de, no mínimo, 2% do eleitorado nacional, por exemplo.

Existe um problema de fundo na esquerda quando discute o processo de transformação no Brasil que é, na verdade, uma questão até mais teórica. Veja bem: aqui no Brasil, a esquerda e os movimentos populares ou eram cooptados ou eram eliminados. E a idéia de construir um projeto autônomo e independente foi, até agora, uma batalha inconclusa. O dilema do PT, do governo Lula e da nossa aliança de esquerda é tentar fazer uma mudança com alguns pontos de autonomia e com limitações impostas pelo siste-

ma. Até porque, esse sistema elitista de que você fala, Ivan, tem hoje uma camisa-de-força que são as relações econômicas e financeiras. Durante a transição da ditadura para a democracia ele se dava na política: a tutela militar, o sistema eleitoral, etc. Mas hoje são os fatores econômicos a camisa-de-força. Numa reunião, antes da posse do Lula, com os técnicos da transição, eles nos disseram: “Olha, os juros estão disparando, estão tirando dinheiro, esse *superávit* que o Brasil tem não vai segurar as contas públicas e o mercado está apostando que vocês vão dar com os burros n’água. Estão aqui os números...” Era isso: juros, dívida, fuga de capitais, o mercado e o sistema financeiro determinando os limites da tua ação. A tutela da ditadura era mais ou menos como na Constituinte: os caras se reuniam e diziam “tal proposição tem de votar”. Anistia para os dois lados, por exemplo. No modelo de hoje, os caras chegam e dizem: “Aumenta o *superávit*, senão quebra. Aumenta os juros por que, do contrário, haverá uma fuga de capitais e, conseqüentemente, o fim de milhares de empregos”. Aí você fica com a margem de manobra muito restrita.

Hoje o mundo está num impasse grave, que é o problema energético, e aí entra a questão do petróleo. Muitos países estão revisando a lei do petróleo e o Brasil também tem de revisar a sua. Putin está podendo reconstruir a Rússia porque revisou a lei do petróleo. Chavez está revisando a lei do petróleo. É estratégico, é energia. O que nós temos feito, Nakamura? Dialogamos com o mercado, claro! Mas esse diálogo é sempre no fio de navalha. Não é uma guerra de movimento, não é uma guerra de confronto declarado. É um movimento delicado em que, às vezes nos confrontamos com a nossa base, nos confrontamos com a opinião pública de esquerda. Porque existem limitações objetivas. Se na época da ditadura diziam “Olha, vamos perseguir, vamos prender, vamos torturar”, hoje eles dizem “Vamos quebrar o País, vamos inviabilizá-lo”.

Por isso, esse caminho que estamos fazendo, processual, gradual, é o que me parece o mais correto. E vejam o avanço dos programas sociais, a nossa nova inserção no mundo, a viabilização do PAC, a TV pública - e nesse caso vai ter uma guerra no Congresso. Junto com a TV pública se mexe com a TV digital. Imaginem, então, o tamanho dos interesses que estamos atingindo.

Então, voltando, se conseguirmos cumprir essas tarefas e dar continuidade a esse projeto, com uma vitória dessas forças em 2010, aí sim consolidamos as bases para a construção de um novo país, impondo uma vitória histórica ao neoliberalismo. Estamos realizando um programa avançado, considerando que estamos agindo por dentro da ordem, sem rupturas. Nunca o



“Estamos realizando um programa avançado, considerando que estamos agindo por dentro da ordem, sem rupturas. Nunca o Brasil conseguiu, a um só tempo, crescimento com diminuição da pobreza e soberania nas relações internacionais, democracia e recomposição do papel público do Estado como promotor de cidadania e do crescimento.”

Brasil conseguiu, a um só tempo, crescimento com diminuição da pobreza e soberania nas relações internacionais, democracia e recomposição do papel público do Estado como promotor de cidadania e do crescimento.

Leonel

Isso aí não é uma novidade em termos estratégicos. O Gramsci já falava dessa marcha que é processualista dentro da estratégia de ruptura, que é cumulativa, é busca de hegemonia.

Genoio

Exatamente... Agora sobre a questão do ‘toma-lá-da-cá’. Para mim, a governabilidade se apóia em duas pernas: uma governabilidade política parlamentar e uma governabilidade social. Eu acho que a interlocução do governo com os movimentos sociais tem de ser mais ativa, tem de haver, respeitando a autonomia do movimento social, uma agenda de diálogo. E outra coisa é - volto a repetir - a importância da reforma política como centro da campanha de 2010. Podem ser os pontos que eu coloquei aqui, podem ser outros, mas devemos fazer essa discussão. O País não vai agüentar muito tempo, caso esse sistema político não seja modificado e atualizado

E veja Ivan, tudo indica que teremos uma campanha dos meios de comunicação, numa aliança com o PSDB, pelo voto facultativo e pelo voto distrital. Acho isso, como já falei, um grande retrocesso. O que é a democracia no modelo liberal? É uma técnica de legitimação periódica dos governantes por meio de eleições. Só! Qual é a nossa visão de democracia? Para nós, ela está vinculada à instituição de diretos, de disputas de projetos, de confronto e à paixão das massas nas ruas. Não é apenas um procedimento, uma técnica política.

Agora esse debate sobre a tutela: vocês sabem que eu sempre, na minha vida parlamentar, trabalhei decididamente na discussão da questão da defesa nacional. Acho que tenho acúmulo.

Agora, vejam o que a direita vem fazendo em relação à Venezuela. Defendem a tese de que a Venezuela está numa corrida armamentista com o Brasil! Isso é de uma bobagem sem fim. Nenhum militar falaria isso, eles riem. Mas a direita se serve dela para justificar, ideologicamente, a tutela. Então, Nakamura, nós temos de mudar o sistema por dentro dele. Essa forma é mais complicada? É mais difícil? É! Mas, na minha visão, não existe outra.

Ivan

Agora como está o dialogo com os militares?

Genoio

Já trato desta questão, Ivan... Retornando, o erro de certo esquerdismo é não compreender esse processo, tornando-se sectário e impotente. Isso acaba ajudando a tornar as coisas mais complicadas e o resultado pode ser uma discussão mal feita. Por exemplo, controlador de vôo civil. Chegar e dizer, simplesmente, “desmilitariza!” é, na verdade, uma armadilha. Hoje há uma pressão internacional para desmilitarizar nosso espaço aéreo porque o acesso a ele é importante, principalmente na fronteira da Amazônia. Isso pode ser bom para os outros países, mas desqualifica o Brasil porque viola a nossa soberania. Na verdade, tem de separar o que é controle aeronáutico do espaço aéreo do que é gestão de aviação civil. E a solução desse impasse não é simples. Desmilitarizar interessa a quem deseja espionar o País. A fronteira seca da Amazônia é uma região que deve ter seu espaço aéreo rigidamente controlado, por exemplo. Por outro lado, manter o sistema atual não é mais possível. Ele é ineficaz e autoritário.

E sobre a abertura dos arquivos, Ivan, é a mesma coisa. O governo ter publicado um livro como

“Direito à memória e à verdade” é um avanço. É claro que temos direito a ter acesso aos arquivos e vamos continuar insistido, mas isso é um processo. Agora,

abrir os arquivos deve fazer parte de um projeto global de defesa. Como deve fazer parte, por exemplo, a questão salarial dos militares. Para vocês terem uma idéia de como isso é urgente, os centros de inteligência da área militar estão perdendo engenheiros e oficiais para a iniciativa privada que paga salário quatro vezes maior. O Estado investe na especialização de um técnico, essa pessoa se forma na Embraer ou no ITA, se torna

aviador. Chega uma empresa da África ou da China e diz ‘te pago quatro vezes mais’. E isso é apenas um exemplo do que está acontecendo. Os problemas do Brasil são muitos e apenas um projeto político global poderá dar conta deles. E essa é uma das razões do por que defendo esse caminho que chamo de processualista.

Mediadora

O Valter está inscrito. Mais alguém? Ivan e Leonel.

Valter

Deputado Genoio, há um consenso de que o poder de democracia representativa no mundo todo está em crise. Os representantes não representam efetivamente os interesses, as aspirações dos representados. Não sei se o senhor concorda com essa tese. A Constituição de 1988 tentou remediar um pouco essa questão introduzindo as figura do plebiscito, do referendo e em nenhum momento foi aplicado.

Genoio

Sim, foi. Sobre o desarmamento, em 2005, e outro, sobre o sistema de governo (presidencialismo, parlamentarismo e monarquia), em 1993.



“ Eu defendo que na eleição de 2010 deputados e senadores apresentem as propostas do seu partido, o eleitor vote neles para que, unicameralmente, portanto numa casa só - e por maioria absoluta - deliberem sobre artigos específicos da reforma política. Ponto! ”



Valter continua:

Ah sim... mas você disse que o dia seguinte à eleição o País vivia uma situação dramática diante da situação econômica e financeira que os indicadores mostravam naquele momento. Apesar disso, nada aconteceu. Por que não aconteceu nada? Embora vocês vivessem numa situação dramática, difícil, por que não aconteceu nada? A direita tinha acabado de ser derrotada, ela ficou desestruturada, desarticulada. E o que se diz é que o País estava vivendo uma situação muito delicada e qualquer coisa poderia fazer desandar todo o processo. Um gesto imprudente de algum agente, de algum setor, poderia fazer desandar aquela situação. Por que não conseguiram desequilibrar, desestabilizar o governo Lula? Será que isso tem a ver com uma opção de política econômica do governo, de não enfrentar os interesses da banca internacional, de enfrentar os investidores? Enfim, garantir os interesses do grande capital, o que foi feito por meio da escolha do chamado núcleo duro da administração do País. O senhor Meirelles é o presidente do Banco Central e assim por diante. Outra pergunta, em relação à questão do caixa dois. O que vai impedir a sobrevivência do caixa dois? Podemos admitir que seja possível mudar a legislação, fazer uma reforma eleitoral que, efetivamente, mesmo que no plano abstrato, formal, garanta um acesso de todas as forças políticas ao poder? Garanta meios para que todas possam chegar ao poder? Por que, se não, seria a reforma eleitoral entre aspas. Eu coloco em dúvida a possibilidade de esse Congresso que está aí gerar esse poder. Mas vamos admitir que ele gerasse. Está tudo resolvido? Será que o caixa dois não sobrevive? Eu tenho minhas dúvidas! Du-

A atual legislatura apenas aprovaria um dispositivo constitucional regulamentando esse processo. Essa é a única maneira de não criarmos um casuísmo e darmos legitimidade ao debate político

rante anos o movimento sindical responsabilizava o imposto sindical pelo atrelamento do movimento ao Estado. Agora tem uma proposta para derrubar o imposto sindical e o movimento...

Genoino

Proposta complicada essa. Depois vou dizer por que sou contra.

Valter

... e setores do movimento sindical não querem que derrubem o imposto sindical. Não querem tomar chuva. Então quem vai garantir? Se a base não está em movimento, quem vai garantir? Os tribunais? Vamos admitir que esse modelo de uma reforma eleitoral seja feito bonitinho. Quem vai garantir? Esses tribunais que estão aí que vão garantir o cumprimento da lei? Que outras coisas poderiam estar em movimento hoje para defender esse hipotético modelo de reforma eleitoral que você defende? Não vejo essas forças hoje. Você disse que há um programa, criação de medidas, um debate sobre as competências do Ministério Público. Você não acha, Genoino, que essa questão é conjuntural? Quer dizer, há uma desmoralização das outras instituições que supostamente fazem o combate à corrupção e aí se criou essa necessidade. Você não acha que seria mais prudente conviver com essa situação? Você tem uma lei, você fortalece a corregedoria, a ouvidoria, etc., para conter os excessos dos promotores. O resultado dessas mudanças não será cortar as asas de um dos setores mais ativos na denúncia à corrupção hoje no País? Haja visto papel importante que teve aquele José

Francisco. Eu acho que a reforma política não se restringe à reforma eleitoral. A discussão da reforma política teria de ser mais ampla. Tem de envolver principalmente a questão dos partidos e novas formas de participação efetiva do povo na administração, não só elegendo seus representantes, mas participando efetivamente.

Andrei

A minha questão é a seguinte: hoje na sua exposição, e mesmo o presidente já falou, que o governo deveria ter encaminhado a reforma trabalhista, previdenciária, tributária, eleitoral e política numa ordem diferente. Então eu tenho uma pergunta: na sua avaliação, a reforma política deveria discutir um novo código congressual? Porque todas as reformas, desde a judiciária, trabalhista, todas elas mexem na Constituição. É por isso que devemos fazer uma campanha para se ter uma espécie de Constituinte? Nessa reforma política entraria o financiamento público, a fidelidade, a proporcionalidade? E o que vocês estão pensando em relação às outras reformas, como a trabalhista, a fiscal?

Mediadora

Queria só perguntar se tem mais alguém que deseja falar? Tem o Ivan e depois o Leonel. Vou abrir para o Genoino para irmos encerrando, devido ao horário.

Genoino

Andrei, eu vou começar pela questão que você apresentou e, depois, chegar à que o Valter colocou. Eu defendo que na eleição de 2010 deputados e senadores apresentem as propostas do seu partido, o eleitor vote neles para que, unicameralmente, portanto numa casa só - e por maioria absoluta - deliberem sobre artigos específicos da reforma política. Ponto! A atual legislatura apenas aprovaria um dispositivo constitucional regulamentando esse processo. Essa é a única maneira de não criarmos um casuísmo e darmos legitimidade ao debate político. Eu tenho muitas dúvidas e preocupações relacionadas à idéia de uma Assembléia Constituinte exclusiva. Meu partido defende e eu pretendo me esclarecer mais sobre isso. Quero discutir mais com o PT essa idéia. Primeiro, porque uma Assembléia Constituinte interrompe o processo político de uma forma mais abrupta, digamos assim, do que a fórmula de Congresso Constituinte. Segundo, se você instala uma Assembléia Constituinte exclusiva ela terá, inevitavelmente, uma soberania de tal ordem que permitirá, caso assim desejar a maioria, não só fazer a reforma política, mas mudar qualquer outro aspecto ou dispositivo da Constituição. As conquistas da Constituição de 1988 podem virar pó. Artigo 5º, artigo 7º, o SUS, a lei da previdência universal! A direita queria impor uma segunda geração da reforma



“ A direita queria impor uma segunda geração da reforma da previdência, para mexer no SUS, agora no segundo mandato. Conseguimos segurar! Ela quer derrotar a CPMF, não para aliviar a carga tributária coisa nenhuma! Ela quer é quebrar o SUS e acabar com os programas sociais, que para ela são um desperdício de recursos. ”

da previdência, para mexer no SUS, agora no segundo mandato. Conseguimos segurar! Ela quer derrotar a CPMF, não para aliviar a carga tributária coisa nenhuma! Ela quer é quebrar o SUS e acabar com os programas sociais, que para ela são um desperdício de recursos. A CPMF é o único tributo cujos recursos arrecadados são para financiar política para os pobres. Porque R\$ 25 bilhões da CPMF vão para o SUS, R\$ 15 bilhões vão para o Bolsa Família e R\$ 21 bilhões vão para a previdência universal. E, além disso, eles podem desgastar o governo, porque cria na população um descontentamento. Depois eles engatam uma campanha para privatizar a previdência social e o sistema de saúde. E isso, convenhamos, é o sonho de qualquer plano de saúde.

Então, voltando ao nosso ponto, eu defendo essa reforma política e sou contra misturar a reforma política com essas outras que você citou. A reforma sindical é um exemplo típico das armadilhas nas quais podemos cair. A mídia vendeu a versão, e a opinião pública comprou, de que aquela emenda feita no Plenário da Câmara acabava com o imposto sindical. A tragédia nossa é um deputado - de um partido que tem socialista no nome - patrocinar uma emenda daquelas. Aquela é a emenda mais direitista que existe em matéria sindical. O que ele está propondo? Que o trabalhador, individualmente, faça um documento autorizando o recolhimento do imposto sindical. Pessoal, quando é que a luta sindical foi tratada com base em procuração individual de trabalhador? Seria diferente se ele tivesse dito que os trabalhadores em assembleia, por ocasião do dissídio coletivo, deliberarão como manter o sindicato, sem o imposto sindical. E o pior, a segunda tragédia: acaba com o imposto sindical só para os trabalhadores, mas não acaba para os patrões. E Fiesp, CNI, que vivem do imposto sindical, como ficam? Para mim, é inacreditável que um deputado de um partido socialista possa apresentar uma emenda dessas! Como disse o Augusto Cabral: 'Voltamos à pré-revolução industrial da Inglaterra do século XVIII'.

Mediadora

E o imposto sindical?

Genoino

Bom... é diferente. Por isso, defendo uma reforma sindical separada da reforma trabalhista e

que contemple três pontos: substituir o imposto por uma contribuição sindical decidida em assembleia, por ocasião do dissídio coletivo; reconhecer a organização por local de trabalho; e dar ao sindicato a possibilidade de ser substituto processual dos trabalhadores. A visão de direita baseia-se no conceito individual do direito trabalhista. Para a esquerda, o direito trabalhista é definido a partir de uma visão coletiva. A direita não aceita que o sindicato seja o representante processual dos seus associados porque eles querem reduzir o trabalhador a um indivíduo, porque eles querem retirar qualquer conteúdo de classe, de coletivo.

Agora, não dá para acabar com o imposto sindical do jeito que o PPS quer. Nem embarcar na campanha que a *Veja* e a mídia estão fazendo, de que o imposto sindical é mamata. O que eles querem é acabar com os sindicatos, porque o movimento sindical, mesmo com todos os problemas, com todos os defeitos, é ativo. Por que mais de 80% das categorias negociaram acordo coletivo acima da inflação? Porque os sindicatos têm força, têm base. Uma sede como esta? Para fazer reunião, fazer cursos? Eles, se puderem, inviabilizam! Então vamos com cuidado com esse negócio, Valter. Porque, do contrário, passam a motosserra e não sobra nada.

Mediadora

Faltou um ponto, sobre a estabilidade de movimentos sindicais. Por que demitiram diretores sindicais por não fazerem parte da executiva?

Leonel

Tem aqui dirigentes sindicais que perderam emprego e nunca mais recuperaram.

Genoino

Por isso é que eu defendo uma reforma sindical com aqueles três pontos. Agora, não podemos vinculá-la à reforma trabalhista. Reforma trabalhista, na atual correlação de força, sou contra até colocar na pauta!

Agora, vamos conversar Valter. Você colocou uma questão que merece uma conversa franca. Por que nós não caímos e por que nós não perdemos! O jogo é assim: isso é luta de classes! Nós cedemos para o País não quebrar e, claro, podemos discutir se isso foi correto ou não. Mantivemos o superávit alto para que fosse possível fazer investimentos em políticas sociais, como o Bolsa Família. Para estancar o processo das privatizações - esse sim o verdadeiro desejo da direita, a verdadeira agenda neoliberal - era necessária uma mediação. A manutenção de alguns pontos da política econômica foi nosso limite. Foi um caminho no fio da navalha porque não tínhamos correlação de forças na sociedade e ao mesmo tempo não tínhamos maioria no Congresso. E, para ser sincero, acho que foi uma vitória ter saído de uma política econômica ortodoxa para, processualmente, consolidar uma política de desenvolvimento. É isso que está na origem do PAC; na origem do recorde em investimentos sociais; que sustenta nossa nova política externa; que tornou possível a recuperação das nossas empresas públicas que estavam, inclusive, em processo de preparação para privatização; que foi vital para a diminuição do déficit da previdência. A imprensa não deu manchete, mas estava ontem nos jornais: pela primeira vez diminuimos o déficit da previ-



“ E concordo com vocês quando dizem que uma das limitações do nosso governo foi não ter incentivado propositivamente a interlocução com os trabalhadores e que tem de melhorar o diálogo com os sindicatos. Ter uma agenda, ter uma proposição. Eu também acho que nós compramos alguns atritos que não eram necessários. ”

dência e alcançamos a maior taxa de crescimento de emprego em anos. Hoje ninguém mais fala dos 10 milhões de empregos que o Lula ia criar. Sabem por quê? Porque está bem próximo de superar este número a quantidade de novos empregos criados.

Agora, eu acho que é um processo incompleto, com muitos problemas. Mas, se tivéssemos apostado no ‘tudo ou nada’ em 2003, a possibilidade do fracasso era muito maior. Aliás, Valter, vamos deixar claro: qual foi o raciocínio da elite em 2002? ‘Não temos saída, Lula vai ganhar! Então vamos aceitar. Deixa ele se eleger. Ele não vai conseguir governar ou vai fazer um governo muito

ruim. Nós assumimos novamente nosso lugar. E fez-se a democracia. Mostramos ao mundo que o Brasil é um país democrático. Até elege um presidente pobre, iletrado e operário. Igual à Polônia!’ Era nisso que a direita acreditava.

Mediadora

A proposta do Fernando Henrique era essa...

Genoio

Sim, e deu com os burros n’água! Quando perceberam o erro, começaram os ataques. Primeiro veio o caso Valdomiro. Aquela CPI dos bingos passou. Depois, com a ajuda militante da imprensa e usando o Roberto Jefferson, inventaram o mensalão para detonar o PT e tivemos de enfrentar toda aquela campanha difamatória, aquelas mentiras. Os erros e as escolhas equivocadas do PT, nas eleições de 2004, foram potencializados no limite máximo da

criminalização político-jurídica. No início de 2006, o que eles diziam? ‘Vamos cortar o orçamento da União!’. Porque, sem orçamento, teríamos de usar medida provisória, que cairia no Supremo. Depois: ‘Derruba o Palocci! Porque

Cedemos e avançamos, cedemos e avançamos. Isso que vocês falam do mercado... O mercado não tem voto, mas decide uma eleição; ele não tem tanques, mas derruba governos

ele é a âncora do governo e aí o governo desanda e o Lula vai ser derrotado eleitoralmente’. Derrubaram o Palocci. Esse é um processo de lutas de classes que nós estamos vivendo. A experiência que estamos vivendo é inédita, na minha avaliação. Por isso, Valter, não tem outra opção. Cedemos e avançamos, cedemos e avançamos. Isso que vocês falam do mercado... O mercado não tem voto, mas decide uma eleição; ele não tem

tanques, mas derruba governos. Aliás, tem um trabalho brilhante da jornalista Inês Nassif, em que ela analisa o tratamento que a imprensa fez da relação entre o mercado e o governo Lula, durante o primeiro mandato, mostrando como esse jogo é sofisticado. Não existe mais a tortura, não tem sangue nem tiros, mas tem muita injustiça e destruição.

E concordo com vocês quando dizem que uma das limitações do nosso governo foi não ter incentivado propositivamente a interlocução com os trabalhadores e que tem de melhorar o diálogo com os sindicatos. Ter uma agenda, ter uma proposição. Eu também acho que nós compramos alguns atritos que não eram necessários.

Agora sobre o caixa dois. Quando eu defendo o financiamento público, um dos objetivos é acabar com o caixa dois, que é hoje o centro das campanhas. Garantias que vai acabar não

se tem. Somente com a lei não se garante nada. A sociedade deve controlar sua aplicação.

Sobre a desmoralização da democracia representativa, atualmente, um fenômeno mundial. Esse é um dos motivos da necessidade estratégica de defender a democracia como bandeira histórica. A democracia não pode ser entendida só como representação. A democracia deve ser também possibilidade de participação. Qual seria o motivo, Valter, do crescimento da taxa de adesão à democracia na América Latina, apontado nas últimas pesquisas? A imprensa divulgou recentemente uma que foi realizada pelo Latino-barômetro. Esse aumento do índice de adesão dos latino-americanos à democracia, é óbvio, está relacionado ao fato de que o povo está podendo participar dessa construção política, desse processo histórico. Na Venezuela, Bolívia, no Peru, na Argentina e aqui, no Brasil, isso é facilmente percebido. A fonte desmoralizadora da democracia é o modelo econômico neoliberal e sua crença absoluta no mercado. Para quem concebe o mercado como o único regulador das relações sociais, a democracia é apenas uma engenharia, uma técnica ou então um mal necessário.

Além disso, é consenso entre nós que a esquerda não dá um valor estratégico à reforma da democracia. E digo mais: a esquerda ou não entendeu o valor estratégico da ou resiste a aceitá-lo. Por isso, acho que a esquerda deve ser a primeira a criticar quando algum funcionário do estado, querendo ou não, tenta desmoralizar genericamente os políticos. Pois o que fica é uma visão elitista, burocrática e autoritária de que alguma instituição possa encarnar a verdade ou substituir aquele que vem das urnas. Nesse caso, é esclarecedora uma entrevista do professor Wanderley Guilherme dos Santos a Paulo Henrique Amorim, em que ele diz que a mídia no Brasil virou um partido político. Aqui, a imprensa se autoproclama representante da sociedade. Ela não se preocupa mais em informar, mas sim em defender determinados interesses com se fossem comum a todos. E em nome disso, ela julga, ela condena e ela pune. Tudo é colocado numa vala comum, sem distinguir o joio do trigo. E olhem, quem diz isso são jornalistas como o próprio Paulo Henrique, Luiz Nassif, Mino Carta e outros.

É claro que, como em qualquer atividade humana, na política tem de tudo. E o Congresso é o que é porque tem de tudo lá e é legítimo porque nasceu do voto. Não adianta eu chegar lá e dizer: ‘Esse e aquele não deveriam estar no Congresso Nacional’. O poder nasce do povo, não é? Ou é exercido diretamente ou em nome dele. Até porque, a lógica disso será: ‘Vejam essa droga de Congresso, que não presta para nada. Vamos fechar!’ A imprensa e membros de instituições importan-



“ A imprensa e membros de instituições importantes têm que ter muito cuidado com esse processo político de deslegitimação da democracia. Esse mesmo alerta serve para alguns setores da intelectualidade e formadores de opinião. ”



tes têm que ter muito cuidado com esse processo político de deslegitimação da democracia. Esse mesmo alerta serve para alguns setores da intelectualidade e formadores de opinião.

Mediadora

Inscreveram-se aqui o Leonel, o Ivan e o Nakamura. Mais alguém? Ok. O Ataíde. Então o Ataíde começa, por não ter falado.

Ataíde

É sobre a reforma agrária. Temos de implantar um modelo de reforma agrária que avance nas questões sociais porque o modelo que está aí avançou pouco nessa questão.

Ivan

Queria dizer o seguinte, Leonel: quando eu falo da tutela militar e policial eu as estou vinculando à questão anterior da ditadura. Para manter o controle da sociedade pela regulação policial e militar. Acho que o mais importante é o casamento dessa tutela militar com a tutela econômica. Agora temos de pensar um diálogo com as Forças Armadas. A esquerda, de modo geral, não tem uma política para as Forças Armadas, não determina o papel das Forças Armadas, não exige das Forças Armadas e não enquadra as Forças Armadas dentro do Estado democrático e da sociedade democrática. Então, pelo fato de não termos essa política, somos levados a que? O Nelson Jobim foi o único que teve peito para enquadrar os caras, enquadrar do ponto de vista disciplinar e não no ponto de vista estratégico. A gente tem de lembrar um detalhe muito importante: as Forças Armadas, durante a ditadura, tiveram uma visão estratégica de peitar os EUA na plataforma de Altamira e isso garante, hoje, a prospecção. O que me parece é que essa falta de política, falta de projeto estratégico nacional

para garantir a defesa, nos leva a discutir quem é o chefe das Forças Armadas, quem é o menos pior e tudo o mais como se fosse um setor que estivesse pairando acima da sociedade e do Estado democrático. A questão que eu vejo é a seguinte: independentemente de estarem relacionadas à questão militar, da tutela militar, também devem ser nossas as bandeiras da autonomia, da soberania marítima. Devemos dizer ‘o petróleo é nosso’ da mesma forma que as fronteiras também são nossas, o País é nosso. De tal forma que você possa entendê-las como relacionadas à defesa do Estado Democrático de Direito e não colocá-las apenas do ponto de vista militar. Isso não é só uma questão militar, é uma questão estratégica do Estado nacional! E aí eu volto à pergunta: como está esse diálogo com os militares?

Nakamura

O PT aprendeu, em minha opinião, como fazer uma boa gestão. Agora tinha de fazer a agenda da esquerda, amortecer a esquerda fundamentalista e a direita fundamentalista na política tática. Nisso o PT teve um aprendizado muito rápido, mas por outro lado eu também acho que foi ingenuidade. Veja só, não foi o PT que criou a estrutura política, que gerou isso aí, essa política de ‘toma-lá-dá-cá’, a política de bastidores, do caixa dois, a política de cruzar verbas com empresas estatais, isso é uma prática que não vem de hoje...

Genoio

Ataíde, se depender do Congresso Nacional, a reforma agrária não sai. Os avanços que estão acontecendo - e que são limitados, eu concordo com sua

observação - são em função de iniciativas do governo. Muitas desapropriações acabam no Judiciário. Vocês viram há poucos dias o governo perder na justiça. Era um caso de uma grande fazenda que estava sendo desapropriada para efeito de reforma agrária. A emenda constitucional que permite desapropriar automaticamente toda terra onde for comprovado trabalho escravo, se for colocada agora na pauta,

A imprensa se autoproclama representante da sociedade. Ela não se preocupa mais em informar, mas sim em defender determinados interesses

corremos riscos. Também podemos perder, se hoje for para votação, a lei que considera terras já ocupadas, viabilizadas para a reforma agrária. E essa última é uma medida provisória que vem do governo Fernando Henrique Cardoso. Há no Congresso Nacional uma aliança forte entre os coronéis e o pessoal do agronegócio. E eles não permitem que a Câmara produza avanços no campo. Por isso podemos afirmar que os avanços que estamos conquistando são por iniciativa do Executivo. E é claro,

isso sempre esteve no programa do PT, a reforma agrária faz parte do projeto para mudar o País. Essa discussão toda sobre as novas fontes de energia dá, por exemplo, para a agricultura familiar outro papel, muito mais relevante. Por isso, temos de ter garantias sociais de base para a agricultura familiar, senão vai ser um problema. O pequeno agricultor não pode ficar negociando sozinho com as grandes empresas. O Estado deve mediar esta relação. Eu tenho visitado alguns assentamentos e vi as melhorias feitas. Hoje, os assentados contam com crédito e o governo está instalando escolas e resolvendo o problema da saúde nos assentamentos. É o melhor dos mundos? Claro que não. Mas é o que a correlação de forças nos permite. O MST tem de compreender isso.

Junto com a questão da reforma agrária eu colocaria a questão do financiamento de políticas



“Aquele processo de privatização foi uma transferência de capital público para o setor privado que, nem Lênin, nem Marx, imaginaram. Hoje, qual é o problema, na visão neoliberal? É o custo do trabalho. Por isso, para os neoliberais, após aquela fantástica transferência de riqueza, é chegada a hora de diminuir ao máximo o custo do trabalho. E isso só se consegue mexendo nos direitos do trabalhador.”

públicas. E, aqui, chamo a atenção para o SUS e para a previdência, porque é aqui que a direita quer mexer. O modelo deles é retomar toda a agenda neoliberal que é ALCA, privatizações, precarização dos direitos sociais, etc.

Vejamos mais: a agenda neoliberal foi hegemônica e vitoriosa, principalmente nos anos 80. Aquele processo de privatização foi uma transferência de capital público para o setor privado que nem Lênin, nem Marx, imaginaram. Hoje, qual é o problema, na visão neoliberal? É o custo do trabalho. Por isso, para os neoliberais, após aquela fantástica transferência de riqueza, é chegada a hora de diminuir ao máximo

o custo do trabalho. E isso só se consegue mexendo nos direitos do trabalhador. É esse, no meu modo de entender, o próximo lance da acumulação neoliberal. É para enfrentar essa batalha que devemos nos preparar. E acho que temos correlação de forças, pelo menos para resistir.

Vou deixar a pergunta dos militares para depois sobre a questão da hegemonia, Nakamura, acho que essa disputa política de blocos é disputa política de hegemonia, é luta de classes. É expressão política de luta de classes, de projetos, de interesses. O erro que nós, do PT, cometemos não foi em relação à flexibilização do programa do Lula ou quanto às alianças. O maior erro, em minha opinião, foi nos rendermos ao *marketing*. Já falei isso nos dois livros em que avalio meu mandato na presidência do PT. No “*Entre o sonho e o poder*” e no “*Escolhas Políticas*” eu trato o *marketing*, ou melhor, seu predomínio na elaboração da nossa tática política eleitoral, como um dos nossos maiores equívocos. Não nos preparamos para essa

Há no Congresso uma aliança entre coronéis e o agronegócio. E eles não permitem que a Câmara produza avanços no campo. Os avanços que estamos conquistando são por iniciativa do Executivo

disputa política estratégica. O partido precisava governar um país, como o Brasil, sem maioria de governadores, sem maioria no Congresso. Ao priorizarmos o *marketing*, deixamos de cuidar dessa realidade política que fatalmente iria se impor após a vitória. Foi um erro nosso. Aí eu concordo com sua observação sobre erros e ingenuidades do PT. Concorro com essa idéia de que cuidamos muito da tática eleitoral e descuidamos da estratégia. No entanto, gostaria que levassem em conta o fato de que, possivelmente, sem essa tática não ganharíamos a eleição de 2002. Eu fui candidato a governador de São Paulo e sabia que seria

muito difícil ganhar. Minha situação eleitoral era muito desfavorável. Sabia que minha vitória só seria possível caso Lula ganhasse no primeiro turno. Mas sabia também que, se caso eu não fosse para o segundo turno, a situação de Lula poderia se complicar. No principal colégio eleitoral do País, com Maluf e Alckmin na disputa, como ficaria o palanque de Lula? Serra e Alckmin de um lado e Lula e Maluf de outro? Tentem imaginar esse cenário. Portanto, sei muito bem o valor da minha ida para o segundo turno em 2002. Aquele movimento foi correto. O que faltou foi montar uma estratégia política para, ao sermos a principal força de sustentação do governo, não cometêssemos os erros políticos que cometemos. O sistema de alianças, por exemplo: foi um erro não ter feito uma coalizão com o PMDB em 2003, foi um erro! Nós queríamos e não deu porque o PMDB queria um ministério importante e nós achamos que era um preço muito alto e aí então ficamos pulverizados às alianças...

Leonel

Só que nós não achamos na época. Hoje até podemos nos perguntar: onde vocês estavam com a cabeça? Dois ministérios para o PMDB garantiriam a governabilidade...

Genoio

E nós pulverizamos e aí deu problema porque os caras queriam estabelecer uma relação de campanha eleitoral. Não existiu mensalão coisa nenhuma. É uma grande mentira essa história de compra de votos. A crise de 2005 se originou na campanha eleitoral de 2004. A crise foi resultado da campanha eleitoral. E o caso do Roberto Jefferson não teve nada a ver com alguma ação do governo. Foi uma disputa ocasional e fortuita entre concorrentes pelos Correios, mas que na cabeça do Roberto Jefferson tinha a ver com o governo. Ele dizia: ‘Quem tem a Presidência da República, tem tudo. Então vocês têm de me ajudar nisso’. Para ele, um telefonema de um de nós para a Globo impediria uma matéria. Não é assim. Conosco não é assim! Não funciona! Nenhum de nós ia ligar para a Globo para pedir tal coisa. Bom, aí veio toda aquela tormenta.

Eu não estou aqui fazendo um debate partidário, mas como vocês me perguntaram, vamos lá... Qual pode ser um dos maiores problemas a ser enfrentado pelo PT? Vocês devem concordar que sempre tivemos uma centralidade política nacional, que era a liderança do Lula nas campanhas presidenciais, uma direção com legitimidade nacional, etc. É claro que foi grande o impacto da crise de 2005 na legitimidade da direção e na nossa centralidade nacional. Também temos o fato de que Lula está encerrando um ciclo como candidato à presidência. Diante disso, penso que o grande risco que o PT corre é o de se pulverizar em realidades e interesses regionais. Até porque o Brasil puxa para isso. Isso faz parte da nossa história. Para enfrentar esses dilemas, o PT deve fazer uma reforma política no seu programa, recolocar o debate sobre a nossa utopia, renovar nosso compromisso com as idéias básicas do socialismo democrático e fazer uma reforma estrutural na organização: ter formação política, fortalecer os diretórios de base. Porque eu suspeito que houve uma mudança fundamental na composição social da base do PT. Até 2002 a base social do PT era formada por sindicatos e classe média. Hoje a base do PT é composta de sindicatos e classes populares, de movimento social organizado e classes populares pobres. E não construímos uma estrutura partidária capaz de dialogar com as camadas populares! Até nossas reuniões têm uma metodologia completamente inadequada a essa nova realidade. Como resolver isso? Eu estou certo de que esse é um dos nós que deveremos desatar.



“ Um projeto de defesa para um país de influência regional, com inserção soberana no mundo, tem de ter uma força dissuasória, altamente qualificada, agindo em conjunto com a diplomacia do Itamaraty. ”



Também não acho que o centro do debate do PT é entre éticos e não-éticos. Acho isso um erro histórico gravíssimo. O centro do debate do PT é como construir um projeto de esquerda governando o Brasil e quais as mudanças que deverão ser feitas para continuar esse projeto, sendo governo ou não.

Finalmente, Ivan, primeiro eu considero importante as suas colocações sobre a questão do papel dos militares. O nosso governo somente agora, após essa crise aérea, está definindo uma política de defesa para os militares. E a política de defesa deve ter como alvo o projeto nacional. Hoje, nenhum país do mundo

tem 100% de garantias de que está protegido, nem os EUA.

O que deve ser feito é diminuir as vulnerabilidades. Na minha avaliação, para nos tornarmos menos vulneráveis precisamos, em primeiro lugar, ter acesso às tecnologias sensíveis, porque as Forças Armadas foram sucateadas para poder fazer guerra interna. O Brasil já é ponta em alguns nichos, como, por exemplo, a tecnologia de aeronave de baixo porte, que é fruto da pesquisa da Embraer, CTA, ITA e tem uma experiência inovadora de forças armadas de pronto emprego. Mas temos um grande déficit tecnológico. Por isso, estou de pleno acordo com as negociações envolvendo a tecnologia de submarino por propulsão nuclear. Não adianta você ter uma força armada grande. Hoje não existe mais isso. Você tem forças armadas de pronto emprego, ágeis, como são os batalhões da fronteira na Amazônia. Nessa construção de um projeto para as Forças Armadas devemos, por exemplo, pensar em unificar os recursos e integrá-las. Os militares têm uma função, um destino. Devemos defender isso publicamente.

Leonel

Agora eu acho que não se pode entrar nessa conversa de que as verbas das Forças Armadas não são verbas simbólicas e que não atendem às necessidades das Forças Armadas, porque as Forças Armadas têm quase R\$ 17 bilhões de verbas.

Genoio

É o terceiro orçamento da União.

Leonel

... Então se você somar todos os países da América do Sul não dá esses R\$ 17 bilhões. O Brasil está, em relação à América do Sul, na mesma situação que os EUA estão em relação ao mundo: 50% das despesas militares mundiais são realiza-

das pelos EUA, 50% das despesas militares sul-americanas são realizadas pelo Brasil. Então, esse é um mito que não podemos alimentar.

Genoio

Não podemos. O orçamento das Forças Armadas é o terceiro orçamento da República, mas grande parte dele é com seu pessoal ativo e inativo. O sistema de aposentadoria de filhas de militares e de seus familiares é um privilégio que não existe em nenhum outro setor. As aposentadorias dos que vão para a reserva são precoces. Temos de alterar isso para poder valorizar as carreiras. E vejam, hoje há clima nas Forças Armadas para discutir um projeto de defesa. Primeiro, porque os EUA querem transformar os militares brasileiros em força policial e eles não aceitam. Segundo, é vital que as Forças Armadas tenham acesso às tecnologias sensíveis. E você tem de reestruturar o orçamento. Temos de reestruturar as prioridades orçamentárias e adaptar as Forças Armadas a esses novos desafios. Um projeto de defesa para

um país de influência regional, com inserção soberana no mundo, tem de ter uma força dissuasória, altamente qualificada, agindo em conjunto com a diplomacia do Itamaraty. Os EUA fazem isso. A diplomacia americana é econômica, militar e política. Lula está convicto de que tem de tratar essa questão e ele está assumindo isso de maneira muito clara e, por intermédio do ministro Jobim, está definindo uma agenda da Defesa. Mas, como nosso tempo já está esgotado, vou apenas resumir aquilo que, para mim, seria essa agenda. Primeiro, e eu acho que aqui avançamos, é a consoli-

dação da autoridade do ministro da Defesa. Depois, a elaboração de um plano de reaparelhamento das Forças Armadas cujos objetivos devem ser: potencializar recursos e aumentar a integração entre eles, instituindo, por exemplo, uma única comissão de compras; manter e capacitar o corpo de oficiais, com valorização profissional e salarial; investir em alta tecnologia, buscando alcançar a autonomia nessa área; privilegiar o poder dissuasório das nossas forças armadas, tanto na preparação, quanto no emprego e na projeção de poder; capacitá-las para a defesa do espaço aéreo, das águas territoriais e fronteiras terrestres, em especial na Amazônia, sempre seguindo o princípio de que as Forças Armadas exercem soberania ilimitada nas nossas fronteiras; garantir os recursos para o Programa Nuclear Brasileiro, sob o comando da Marinha, objetivando a construção do submarino com propulsão nuclear ao lado do convencional; dominar o ciclo do combustível nuclear; e perseguir o objetivo da integração e cooperação sul-americana, criando uma agenda positiva não apenas do ponto de vista econômico, mas também do ponto de vista geopolítico e militar, claro que sem interesses expansionistas ou de potência. Essa estratégia também está sustentada na viabilização de acordos bilaterais, em que outros países transfiram tecnologia, em parceria com a área acadêmica e o setor privado, visando inclusive ao desenvolvimento da energia nuclear dentro da nossa matriz energética.

Bom... esse debate sobre Defesa, que todos aqui consideram muito importante, pode ser pauta para outro dia, visto que já esgotamos em muito nosso tempo. O debate não, mas o tempo sim. Muito obrigado por essa oportunidade. Estou feliz de ter participado de um debate de tão alto nível.

O orçamento das Forças Armadas é o terceiro orçamento da República, mas grande parte dele é com seu pessoal ativo e inativo



DEBATES

DEMOCRACIA E REFORMA POLÍTICA

Debate no grupo Liga de Socialistas - Século XXI

Reunião realizada em São Paulo, na sede do Sindicato dos Professores de São Paulo - SINPRO, no dia 24 de novembro de 2007.

Participaram as seguintes pessoas:

**Maria Dea Conti Nunes
Leonel Itaussu Almeida Mello
Osvaldo Souza Santos
Miguel Nakamura
Ivan Seixas
Walter Paixão
Andrei Almeida
Marcello Lagonegro
Aparecido Wilson**

**Atayde da Silva
Djalma Q. Carvalho
Alethea Meira
Kélysta Ferreira
Antonio Lourenço Júnior
Marcos Zahari
Luiz Artur Pie de Lima
Silvia Barbara
Antonio Carmo Rocha**

Créditos das fotos:

**SEFOT - Serviço de Fotografia
SECOM - Secretaria de Comunicação
CD - Câmara dos Deputados
Liga de Socialistas - Século XXI**

Endereços do Mandato do Genoino

Em São Paulo:

**Rua Prof. Rubião Meira, 59
Pinheiros
CEP 05409-020
Tel: (11) 3060-8855**

Em Brasília:

**Câmara dos Deputados
Anexo IV - Gabinete 311
CEP 70160-900
Tel: (61) 3215-5311**